

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

REGIONALISMO E MULTILATERALISMO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA ALIANÇA DO
PACÍFICO

São Leopoldo – RS

2014

Aline Ribeiro de Oliveira

REGIONALISMO E MULTILATERALISMO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA ALIANÇA DO
PACÍFICO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Economia,
pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Dr. André Filipe Zago de Azevedo

São Leopoldo – RS

2014

O49r Oliveira, Aline Ribeiro de
Regionalismo e Multilateralismo: uma análise empírica da
Aliança do Pacífico / por Aline Ribeiro de Oliveira -- 2014.
56 f. : il. ; color. ; 30cm.

Dissertação (mestrado em Economia) -- Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, São
Leopoldo, RS, 2014.

Orientador: Dr. André Filipe Zago de Azevedo.

1. Livre Comércio. 2. Economia - Regionalismo -
Multilateralismo 3. Aliança do Pacífico. Título. II. Oliveira, Aline
Ribeiro de.

CDU 339.5.012.42

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação realizada por Aline Ribeiro de Oliveira como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

São Leopoldo, 20 de agosto de 2014.

Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo – Orientador – UNISINOS

Prof. Dr. Divanildo Triches – Examinador – UNISINOS

Prof. Dr. Fernando Maccari Lara – Examinador – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Feistel – Examinador - UFSM

Este grande marco em minha vida dedico com amor e gratidão ao meu marido Paulo
Ventorini, filha Camille Monteiro e aos meus pais Amaury e Sílvia.
Pela paciência, compreensão, incentivo constante e apoio incondicional durante esta
jornada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. André Filipe Zago de Azevedo, meu orientador, pelo incentivo, orientação, credibilidade, dedicação e paciência na elaboração desta dissertação.

Agradeço, ainda, a todos os professores que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento de meu conhecimento. Seus ensinamentos foram fundamentais nesta jornada.

Ao meu grande companheiro e marido Paulo Vantorini, por estar sempre ao meu lado, pela compreensão e incentivo para que eu não esmorecesse. Obrigada pela paciência, pelos momentos em que não me fiz presente e compreendeste com resignação, pelo companheirismo, carinho e amor que foram fundamentais para esta conquista.

Aos meus pais Amaury e Sílvia, pois sempre acreditaram em meu potencial, agradeço a eles pela criação em um lar repleto de amor, compreensão, carinho, sem o apoio de vocês eu não conseguiria...

A colega e amiga Paola Benedetto pela amizade, carinho, companheirismo, por estar presente nos momentos mais difíceis e nos alegres. Certamente é uma amizade duradoura conquistada em uma jornada importante na minha vida.

Agradeço a todos os amigos, familiares, professores, colegas que de alguma forma contribuíram para esta conquista.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar).

RESUMO

Esta dissertação examina a evolução recente de aspectos relacionados ao regionalismo e ao multilateralismo, buscando identificar se o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (AP) sinalizam para uma integração que poderia facilitar uma abertura multilateral. A análise sinaliza que apenas os membros da AP se mostram mais alinhados ao processo multilateral. Assim, é utilizado o modelo de equilíbrio geral computável Global Trade Analysis Project (GTAP), a fim de mensurar os resultados da integração da AP, utilizando uma agregação setorial que privilegia o grau de intensidade tecnológica. Os resultados apontaram que os maiores beneficiados pela AP seriam Chile e México, devido à melhoria de seus termos de troca. Os ganhos de bem-estar do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75 milhões.

Palavras-chave: Livre-Comércio; Modelos de Equilíbrio Geral; Aliança do Pacífico.

ABSTRACT

Abstract: This study examines recent issues related to the regionalism and multilateralism, aiming at identifying whether MERCOSUR and the Pacific Alliance (PA) are moving towards a multilateral integration. The analysis shows that only the PA members are aligned with the multilateral process. Therefore, it employs a computable general equilibrium model from the Global Trade Analysis Project (GTAP), in order to identify the results of the integration using a sectorial classification based on the technological intensity of the products. The results show that Chile and Mexico would benefit most from the agreement due to an improvement in their terms of trade. The total welfare gains obtained from Chile reached US\$ 230 million, while in Mexico they were US\$ 75 million.

Keywords: Free Trade; General Equilibrium Models; Pacific Alliance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação das Exportações Intrabloco do MERCOSUL (em % do total)	24
Gráfico 2: Tarifas NMF Médias por Seção do SH (%)	30
Gráfico 3: Importações Totais da AP e MERCOSUL por Seção do SH (milhões de US\$)	31
Gráfico 4: Sumário dos Efeitos da Simulação sobre o Bem-Estar Agregado (% do PIB)	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Negociações GATT/OMC.....	16
Quadro 2: Regime Liberal do séc. XIX <i>versus</i> GATT/OMC.....	21
Quadro 3: 1ª <i>versus</i> 2ª Onda de Regionalismo	22
Quadro 4: Acordos Comerciais dos Países da Aliança do Pacífico	27
Quadro 5: Agregação Regional e Setorial	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento do Volume de Comércio e PIB Mundial (1900-2010)*	17
Tabela 2: Fluxo Comercial Total entre os Integrantes da ALIANÇA DO PACÍFICO em 2010 (US\$ mil e percentual).....	28
Tabela 3: Variação das Tarifas de Importação dos Países da AP (%).....	39
Tabela 4: Elasticidades de Substituição.....	40
Tabela 5: Variação da Produção Doméstica (%).....	41
Tabela 6: Variação no Volume das Importações dos Países da AP (%)	42
Tabela 7: Efeitos sobre o Bem-Estar (em milhões de US\$).....	44
Tabela 8: Decomposição da Eficiência Alocativa (milhões de US\$).....	45
Tabela 9: Variação nos Termos de Troca (milhões de US\$).....	45

LISTA DE SIGLAS

- AAP:** Acordo de Abrangência Parcial
- ALCA:** Área de Livre Comércio das Américas
- AP:** Aliança do Pacífico
- APC:** Acordo Preferencial de Comércio
- BID:** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNT:** Barreiras Não-Tarifárias
- CAN:** Comunidade Andina
- CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- EGC:** Equilíbrio Geral Computável
- GATT:** *General Agreement on Trade and Tariffs*
- GTAP:** *Global Trade Analysis Project*
- INTAL:** Instituto para Integração da América Latina e do Caribe
- ITC:** *International Trade Center*
- MDIC:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul
- MFN:** *Most Favoured Nation*
- NAFTA:** Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
- NMF:** Nação Mais Favorecida
- OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OEA:** Organização dos Estados Americanos
- OMC:** Organização Mundial do Comércio
- PICE:** Programa de Integração e Cooperação Econômica
- SGP:** Sistema Geral de Preferências
- SH:** Sistema Harmonizado
- TEC:** Tarifa Externa Comum
- TLC:** Tratado de Livre Comércio
- TRIMS:** *The Agreement on Trade-Related Investment Measures*
- TRIPS:** *The Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*
- UE:** União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 LIBERALIZAÇÃO MULTILATERAL	15
2.1 RODADAS DE NEGOCIAÇÃO DA OMC E O COMÉRCIO INTERNACIONAL	15
2.2 ASSIMETRIAS DA OMC	18
2.3 PROVISÕES PARA ACORDOS PREFERENCIAIS	19
2.4 REGIONALISMO	20
2.4.1 Evolução do Regionalismo aos Acordos Multilaterais	20
2.4.2 Ondas do Regionalismo.....	21
3 INTEGRAÇÃO, COMÉRCIO E TARIFAS DO MERCOSUL E DA ALIANÇA DO PACÍFICO	23
3.1 MERCOSUL	23
3.2 ALIANÇA DO PACÍFICO	26
3.3 FONTE E AGREGAÇÃO DOS DADOS	28
3.4 TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E FLUXOS DE COMÉRCIO	29
4 EFEITOS DA ALIANÇA DO PACÍFICO ATRAVÉS DE UM MODELO DE EGC.....	34
4.1 MATERIAL E MÉTODOS.....	34
4.1.1 Modelo	34
4.1.2 Agregação Setorial e Regional.....	36
4.1.3 Cenário	38
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.2.1 Impactos Sobre a Produção Doméstica e o Comércio Internacional.....	40
4.2.2 Efeito Sobre o Bem-Estar	43
5 CONCLUSÕES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

Em um período muito anterior à atual era de globalização, já se constatava a existência de relações comerciais e econômicas bilaterais entre diferentes países europeus. Quando o *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT - atual Organização Mundial de Comércio - OMC) foi criado, em 1947, já havia uma série de experiências anteriores de acordos bilaterais de comércio entre países europeus. O mais importante deles, o acordo Anglo-Francês de 1860, criou a primeira rede conhecida de comércio multilateral informal, baseado na cláusula da nação mais favorecida (NMF). Justamente esta cláusula, que garante a extensão dos benefícios obtidos com um parceiro comercial para todos os demais países, tem servido de princípio norteador da abertura multilateral (IRWIN, 1993).

O atual processo de multilateralismo perseguido pela OMC foi precedido por diversos acordos bilaterais de comércio, os quais levaram à Organização a estabelecer normas específicas para a criação destes acordos. O artigo principal que trata os critérios que devem ser observados para a formação de blocos regionais pelos países membros é o artigo XXIV da OMC, que se tornou fundamental para a criação e adesão de novos blocos econômicos à Organização.

De acordo com Bhagwati (1993), os critérios mais importantes estabelecem que a liberalização venha a abranger “substancialmente” todo o tipo de comércio entre os países componentes de um bloco, e que as tarifas aplicadas e as barreiras não tarifárias não poderão aumentar para países de fora do bloco, em relação à situação anterior ao acordo. O artigo, ainda estabelece, conforme o autor, que a integração do bloco deverá ocorrer em um prazo razoável de tempo.¹

Uma questão relevante após a tendência de formação de acordos regionais de comércio, intensificada a partir dos anos 1990, era (e ainda é) identificar se estas nações tenderiam a se afastar das negociações multilaterais, onde não haveria apenas relações econômico-comerciais entre países de um mesmo bloco, ou continuar seguindo o caminho da integração multilateral. Ou seja, se examina se o regionalismo seria um passo no sentido de uma maior integração multilateral ou, ao contrário, seria um obstáculo ao aprofundamento dessa relação.

¹ Porém, não há descrito no artigo uma indicação clara nem do que seria substancialmente todo o comércio nem o que seria a razoabilidade de tempo para integração do bloco. Logo, o artigo passou a ser discutido por diversos autores devido a sua dúbia interpretação.

De um lado, se encontram autores como Bhagwati (1993), que acreditam que a formação de blocos econômicos representa uma ameaça ao sistema multilateral de comércio, pois eles criam um ambiente desfavorável para o livre comércio perseguido pela OMC, devido às diversas medidas discriminatórias que estes adotam contra os parceiros de fora do bloco. Já para outros autores, como Bergstein (1998), o regionalismo é uma fase transitória para atingir o processo de liberalização plena do comércio, pois este procedimento intermediário facilita a tomada de decisões dos países participantes de um bloco em busca de soluções comuns a todo o globo.

Partindo-se dessas posições antagônicas, examinou-se a relação entre o regionalismo e o multilateralismo em dois blocos sul-americanos: um que iniciou seu processo de integração há mais de vinte anos (MERCOSUL) e outro em fase inicial de estruturação, com as negociações tendo iniciado em 2012 (Aliança do Pacífico - AP). Apesar da proximidade geográfica, esses blocos apresentam diferenças profundas nas suas relações com o multilateralismo. Enquanto o MERCOSUL apresenta uma série de barreiras ao comércio com os países de fora do bloco, os países que formam a AP adotam uma política comercial que os aproxima de uma integração multilateral. No entanto, por já ser apresentada vasta gama de pesquisa e análise do MERCOSUL, as quais indicam claramente que este apresenta uma posição de protecionista mais efetiva, foram apresentados alguns dados comerciais e de tarifas desse bloco para breve comparação à Aliança do Pacífico. Assim, o foco deste estudo foi a evolução comercial e econômica apresentada pelos países integrantes da Aliança do Pacífico.

Essa dissertação fez uma revisão das posições a respeito da sinergia entre regionalismo e multilateralismo, bem como, uma breve análise dos processos de integração multilateral e regional. Após a identificação das características de cada modelo de integração, foi analisada a questão da complementaridade ou do antagonismo entre o regionalismo e o multilateralismo e os efeitos da integração entre os países da Aliança do Pacífico, através de um modelo de equilíbrio geral computável (EGC).

O trabalho está dividido em cinco capítulos, contando essa introdução. O capítulo 2 descreve o processo de integração multilateral, com destaque para as rodadas de negociação da OMC, bem como as suas assimetrias e as provisões para acordos preferenciais de comércio. Ele também aborda alguns aspectos importantes do regionalismo. O capítulo 3 apresenta a descrição de cada um dos blocos estudados, com ênfase no perfil de comércio e nas tarifas de importação. No capítulo 4 é realizada a simulação dos efeitos da plena liberalização promovida pela AP sobre produção, comércio e bem-estar. Por fim, o capítulo 5 apresenta as conclusões.

2 LIBERALIZAÇÃO MULTILATERAL

Com a significativa queda dos fluxos comerciais no decorrer da década de 1930, os especialistas em comércio internacional estavam convictos, ao final da 2ª Guerra Mundial, de que havia a necessidade emergencial da criação de um organismo internacional que regulamentasse e restringisse a utilização de medidas protecionistas praticadas por países que compunham acordos regionais. A partir desta constatação surgiu o GATT, em 1947, com o propósito de promover o comércio internacional de forma multilateral.

A criação da OMC partiu das premissas de liberalização do GATT, fundada em 1994, durante a rodada Uruguai, visava à criação de uma estrutura para tratar as regras existentes referentes ao comércio entre os países membros, substituindo o GATT. O objetivo desta nova composição do organismo internacional é estabelecer de forma justa um comércio livre no qual os países integrantes possuam os mesmos direitos e obrigações, supervisionando as regras existentes nos acordos entre os países membros (AZEVEDO, 2010).

O princípio que rege a OMC é o da não-discriminação, ou Cláusula da Nação Mais Favorecida, no qual cada um dos membros da OMC deve garantir aos demais membros as mesmas vantagens que conceder para um ou mais países. Logo, um país pertencente à OMC deve tratar os todos demais membros da mesma forma, não permitindo, portanto, a redução de instrumentos de proteção ao seu mercado doméstico (ex: tarifas de importação, quotas, etc.) somente sobre alguns países, deixando outros membros da OMC de fora. Outra premissa fundamental se refere ao que se convencionou denominar de Tratamento Nacional, ou seja, assim que entra no país o bem importado deve sofrer o mesmo tratamento dado ao produto nacional no que se refere a tributos e outras medidas similares. Portanto, sobre um produto importado não pode incidir um imposto doméstico superior ao do bem nacional.

2.1 RODADAS DE NEGOCIAÇÃO DA OMC E O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Sob o âmbito da OMC, são promovidos encontros multilaterais de negociações comerciais, denominadas de “rodadas”. Estas rodadas visam reduzir tarifas e barreiras não-tarifárias entre seus países-membros, liberalizando o comércio internacional entre eles. Desde a sua fundação, a OMC já realizou oito rodadas de negociação, tendo iniciado a nona rodada,

denominada de “Rodada Doha”, em 2001. Um aspecto marcante da OMC é o fato da duração e complexidade das rodadas de negociação terem aumentado com o passar dos anos, devido ao maior número de participantes e a ampliação da agenda de assuntos, conforme consta no quadro 1. Além disso, as decisões devem ocorrer por consenso, o que em um grupo de, aproximadamente, 150 países não é uma tarefa fácil.

O quadro 1 explicita o início das rodadas, seu tempo de duração, a quantidade de países membros da OMC no momento do início de cada rodada de negociação e os temas abordados em cada uma delas. Nas rodadas iniciais, o foco era a negociação do comércio de produtos industrializados. Especificamente nas seis primeiras rodadas, o tema predominante foi a busca de reduções das tarifas de importação. A partir da sétima rodada, diversos novos temas foram incluídos nas negociações, incluindo medidas antidumping, subsídios, salvaguardas e compras governamentais. Devido ao maior número de países-membros, que já chegava a 99 na época de sua realização, e a maior complexidade dos temas, a rodada Tóquio se estendeu por seis anos, a mais longa até então (AZEVEDO, 2011).

Quadro 1: Negociações GATT/OMC

Nome	Período	No Países	Temas
Genebra	1947	23	Tarifas
Anecy	1949	29	Tarifas
Torquay	1950-51	32	Tarifas
Genebra	1955-56	33	Tarifas
Dillon	1960-61	39	Tarifas
Kennedy	1963-67	74	Tarifas + Medidas AD
Tóquio	1973-79	99	Tarifas + Medidas AD + Subsídios + Salvaguardas + Compras Gov.
Uruguai	1986-94	128	Todas acima + Agricultura + Têxteis+ Serviços + TRIPS + TRIMS
Doha	2001-?	150	Todas acima, com ênfase em Agricultura e Têxteis

Fonte:OMC

Na rodada Uruguai outros temas foram acrescentados na pauta de negociação, tais como a preservação das patentes sobre propriedade intelectual (TRIPS) e a liberalização do setor de serviços. Esses novos temas têm grande importância nos mercados dos países em desenvolvimento, que até então estavam praticamente excluídos do processo de negociação. Também houve significativos avanços nas negociações sobre as regras da OMC em matéria de subsídios, barreiras técnicas, salvaguardas, regras de origem, licenças de importação,

antidumping, medidas fitossanitárias, e investimentos relacionados ao comércio (TRIMS), entre outros. No que se refere a tarifas, houve a redução das tarifas de importação de bens industriais em países desenvolvidos de 40% (de uma média de 6,3% para 3,8%). Outros aspectos importantes negociados foram o estabelecimento de regras mais precisas para medidas antidumping e direitos compensatórios e a eliminação das “Restrições Voluntárias às Exportações” até 1999 (OMC, 1994).

Em 2001, foi lançada a Rodada de Doha, com 21 itens de negociação, com ênfase no tema de acesso a mercados, agricultura, serviços, comércio eletrônico, meio ambiente, entre outros. Esta rodada tinha prazo de conclusão até início de 2005, no entanto até o final de 2013 ela ainda se encontra longe de um desfecho. Além dos aspectos já mencionados, por tratar de dois setores muito relevantes para os países em desenvolvimento, mas que ainda são muito protegidos nos países desenvolvidos, agricultura e têxteis, a nona rodada já é a mais longa da história da OMC.

Apesar de todos os problemas ainda vigentes no âmbito da OMC, o período de maior crescimento do volume de comércio internacional no século XX ocorreu justamente após a criação do GATT, como mostra a tabela 1. No período 1950-1973, o crescimento médio anual do volume de comércio atingiu a 8,2%, muito acima do período entre guerras (1913-1950) e superior também ao início do século, quando se vivia o auge da chamada 1ª onda de globalização. Mesmo após o término do acordo de Bretton-Woods, em 1973, o comércio manteve taxas de crescimento significativas, superiores ao da primeira metade do século XX, atingindo a 4,9% ao ano, no período 1973-2000, e elevando-se ainda mais no início do século XXI, chegando a 5,5% ao ano.

Tabela 1: Crescimento do Volume de Comércio e PIB Mundial (1900-2010)*

Variação média anual	1900-1913	1913-1950	1950-1973	1973-2000	2000-2010
PIB	2,5	2,0	5,1	2,9	3,0
Comércio de bens	4,3	0,6	8,2	4,9	5,0

Fonte: OMC.

*: Variação percentual média ao ano.

Embora o aumento do comércio internacional não possa ser atribuído exclusivamente à formação da OMC, uma parcela importante teve a contribuição deste organismo. De acordo com Subramanian e Wei (2007), a OMC seria responsável por um comércio internacional adicional da ordem de 120% (ou US\$ 8 trilhões), apenas no ano de 2000. A maior

contribuição desses autores foi separar o grupo de países da OMC entre aqueles que efetivamente liberalizaram suas economias (países desenvolvidos) e os demais (composto em sua maioria por países em desenvolvimento) que, embora fizessem parte do acordo, não liberalizaram o comércio. Assim, a expansão do comércio teria sido desigual entre os países membros, conforme salientaram os autores, com o aumento do comércio se concentrando nos países desenvolvidos.²

2.2 ASSIMETRIAS DA OMC

A OMC possui assimetrias importantes, destacadas por Subramanian e Wei (2007). A primeira delas está relacionada ao processo de liberalização desigual entre os países com nível de desenvolvimento elevado e os países emergentes. Enquanto os primeiros participaram ativamente da liberalização comercial multilateral nas últimas décadas, os outros permanecerem com sua estrutura protecionista em vigor até recentemente.³ A segunda assimetria está relacionada à discriminação feita por países membros a não membros da OMC, uma vez que as obrigações de reciprocidade e o status de MFN eram estendidos apenas a membros da instituição.

Outra assimetria se refere aos setores que ficaram de fora da liberalização. Como os países desenvolvidos tiveram uma participação mais efetiva nas rodadas de negociação nas primeiras décadas, as pautas discutidas foram aquelas de seu interesse. Logo, os assuntos importantes para os países em desenvolvimento ficaram na lista de pendências para resolução posterior, deixando setores importantes para os países em desenvolvimento de fora da liberalização, especialmente os produtos agrícolas.

A última assimetria refere-se ao tratamento diferente que foi dispensado aos novos países membros se comparados com os países que já faziam parte da instituição, pois os novos membros receberam um cronograma mais rigoroso para liberalização do que receberam os membros antigos da OMC (SUBRAMANIAN E WEI; 2007).

Devido a essas assimetrias, pôde-se perceber, por um longo período, um viés de comércio entre os membros da OMC, que reduziu o grau protecionista para os demais integrantes da instituição, porém abrangendo, principalmente, os países desenvolvidos. Mas, a

² Esses autores utilizaram o modelo gravitacional com dados em painel e efeitos fixos como instrumento de mensuração.

³ Os membros desenvolvidos tiveram um cronograma mais rigoroso de obrigações do que os países em desenvolvimento, em termos de liberalização comercial (barreiras tarifárias e não tarifárias).

partir da rodada do Uruguai os países em desenvolvimento passaram a efetivamente liberalizar o seu comércio, seguindo as regras da organização.

No entanto, o aspecto que tem sido debatido constantemente e tem recebido diversas críticas é que, ainda, há brechas que tornam facilitada a violação dos princípios básicos da OMC. Dentre elas está a formação de Acordos Preferenciais de Comércio, que permitem a liberalização apenas dentro bloco, discriminando as mercadorias de países não pertencentes ao mesmo, neste sentido contrariando a cláusula de não-discriminação.

2.3 PROVISÕES PARA ACORDOS PREFERENCIAIS

A cláusula da nação mais favorecida da OMC impede que os países-membros concedam reduções de barreiras tarifárias e não-tarifária (BNT) a determinados membros, sem estendê-los aos demais países. No entanto, desde a sua criação, A OMC já previa a possibilidade da formação de blocos regionais, através de seu artigo XXIV. Este artigo previa as provisões alternativas para Acordos Preferenciais de Comércio (APC), que discriminam aqueles países que não pertencem ao APC. As regras previam que (i) a liberalização deve incluir “substancialmente” todo o comércio entre os membros do bloco; (ii) o grau de protecionismo (tarifas e BNT) em relação a terceiros países não pode aumentar em relação à situação anterior; (iii) o bloco deve estar constituído em um prazo “razoável” de tempo.

Devido à criação de inúmeros APC após o estabelecimento da OMC, vários autores buscaram reduzir o potencial de perdas para aqueles países pertencentes à OMC, mas que não fossem membros destes acordos, sugerindo mudanças para aperfeiçoar o artigo XXIV. Bhagwati (1993), por exemplo, sugeriu que se exigisse que vigorasse, após a formação do bloco, a menor tarifa de importação entre os seus membros para todos os produtos provenientes de fora do bloco. Assim, o risco de elevar o grau de proteção para não-membros seria eliminado. Uma proposta ainda mais radical foi sugerida por Srinivasan (1998), que sugeriu que as preferências concedidas aos membros fossem estendidas aos demais membros da OMC em até cinco anos. Assim, todo o APC deixaria de ser discriminatório nesse prazo de tempo, pois todos os demais países membros da OMC poderiam se beneficiar da liberalização intrabloco. No entanto, tais propostas ainda não foram adotadas pela OMC.

Outras alternativas que permitem acordos preferenciais, ainda sob regime da OMC, são o Sistema Geral de Preferências (SGP) e a *Enabling Clause*. O SGP permite que os países desenvolvidos concedam preferências para os países em desenvolvimento em determinados

produtos por um período de tempo, não estendendo este benefício a outros países desenvolvidos. Já a *Enabling Clause* determina as regras para que sejam feitos acordos preferenciais entre países em desenvolvimento.

2.4 REGIONALISMO

Até o ano de 1990, apenas 70 acordos preferenciais de comércio estavam em vigor. A partir dos anos de 1990, houve um aumento expressivo dos acordos preferenciais. Em 2013, 546 acordos preferenciais haviam sido notificados à OMC, estando, no ano de 2013, em vigor 356 deles. Da totalidade de acordos, 390 foram notificados por meio do artigo XXIV (OMC; 2013). Como resultado, atualmente quase todos os membros da OMC participam de, ao menos, um bloco. Esse fenômeno é reconhecido como a segunda onda de regionalismo, em contraste com a primeira onda, ocorrida entre o final dos anos de 1950 e a década de 1960. Sendo assim, a integração econômica mundial, que vem ocorrendo nos últimos anos, não é um fenômeno isolado em um continente, mas sim uma tendência mundial.

2.4.1 Evolução do Regionalismo aos Acordos Multilaterais

De acordo com Irwin (1993), as origens dos blocos econômicos remontam a épocas muito anteriores ao multilateralismo atual, ainda no início do século XVIII, com a implementação de acordos bilaterais entre alguns países europeus. O Tratado de Methuen no ano de 1703, realizado entre Portugal e Inglaterra, foi proposto pelos ingleses para que houvesse a melhoria de sua balança comercial. Este tratado garantia preferência de acesso do vinho português na Inglaterra e de artigos têxteis ingleses em Portugal.

Mas somente na segunda metade do século XIX houve a disseminação desses acordos, em razão do acordo comercial Anglo-Francês, em 1860. A principal especificidade deste acordo era ligada à cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF) que estabelecia que todos os benefícios comerciais que fossem concedidos a outra nação deveriam se estender ao país com o qual havia se firmado um acordo comercial anterior.⁴ Assim, a partir deste tratado de 1860,

⁴ Isso ocorreu devido ao receio de desvio de comércio entre outros países da Europa. Ao se implementar um novo acordo com um outro país, sem estender os benefícios deste aos países que já possuíam acordos anteriores, isso poderia causar prejuízos ao acordo inicial, caso o mais recente fosse mais vantajoso.

houve uma proliferação de acordos bilaterais, que levaram à criação de uma rede multilateral de comércio.

No quadro 2, pode-se observar que o acordo de 1860 já continha a cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF), que previa que todo o benefício comercial concedido a outro país, através da formação de um acordo comercial, deveria ser estendido ao país com o qual se firmou um acordo anterior. Como resultado, houve a formação de uma rede quase multilateral de comércio, na medida em que vários acordos adicionais foram sendo criados na esteira do acordo Anglo-Francês.

As principais divergências entre estes dois regimes se referem à questão dos acordos preferenciais, os quais no regime do século XIX não eram aceitos e no GATT/OMC são aceitos, conforme exceção aplicada pela artigo XXIV. Além disso, as questões tarifárias no regime GATT/OMC são negociadas a cada rodada de negócios com estabelecimento de tetos, já a aplicação desta questão no regime de 1860 era flexível e sem restrições.

Quadro 2: Regime Liberal do séc. XIX *versus* GATT/OMC

Características	Regime Séc. XIX	GATT-OMC
Princípio	Nação Mais Favorecida	Nação Mais Favorecida
Cobertura	Bilateral, mas efetivamente multilateral	Multilateral
Validade	Renovação a cada 10 anos	Ilimitada, enquanto país for membro
Restrições sobre Tarifas	Sem restrições, havia flexibilidade de tarifas	Estabelecimento de tetos, negociados a cada rodada
Acordos Preferenciais	Não aceitos	Permitidos, sob as regras do artigo XXIV

Fonte: Irwin (1993)

2.4.2 Ondas do Regionalismo

Apesar de ser mais antigo que a liberalização multilateral, como a seção anterior demonstrou, e seu início remonte ao século XVIII, se convencionou dividir o regionalismo em duas ondas mais recentes. Conforme o quadro 3, pode-se visualizar a comparação entre essas ondas de regionalismo.

Quadro 3: 1ª versus 2ª Onda de Regionalismo

1ª Onda	2ª Onda
Envolve apenas alguns setores industriais	Geralmente abrange quase a totalidade dos produtos
Entre países com mesmo nível de desenvolvimento	Também envolve países com diferentes níveis de desenvolvimento
Superficial, removendo apenas tarifas de importação;	Mais profunda, englobando disciplinas comuns para regimes regulatórios
Baseada na política de substituição de importações	Orientadas à exportação
Liderada pelos governos	Liderada pelas firmas

Fonte: Lawrence (1997) e Ethier (1998).

De acordo com Azevedo (2004), a primeira onda de regionalismo se deu por volta do século XX (iniciando no final da década de 1950 e perdurando pela década de 1960). A liberalização comercial dessa primeira onda se dava apenas em alguns setores específicos e englobava países com o nível de desenvolvimento similar, removendo apenas barreiras de importação. O processo de integração era conduzido pelos governos, baseando-se na política de substituição de importações.

A segunda onda do regionalismo, por sua vez, surgiu a partir da década de 1990, sendo mais profunda que a primeira onda, pois abrange quase todos os setores e engloba países com níveis de desenvolvimento diferenciados. Nesta segunda onda, o papel das empresas é fundamental, visto que os *lobbies* detinham forte fator de influência sobre o governo. Isto possibilitou a abertura das mesmas para a exportação, não apenas para os países pertencentes a um mesmo bloco, ou seja, países de estruturas econômicas, territoriais e políticas semelhantes, mas propiciou a exportação entre países com níveis de desenvolvimento diferentes.

Além disso, os setores exportadores tornaram-se diversificados (além dos setores industriais as exportações passaram a ser de serviços também), ao contrário do que ocorria com a primeira onda de regionalismo, onde apenas alguns setores industriais detinham capacidade exportadora.

3 INTEGRAÇÃO, COMÉRCIO E TARIFAS DO MERCOSUL E DA ALIANÇA DO PACÍFICO

O MERCOSUL e Aliança do Pacífico foram selecionados para a pesquisa por se tratar de países da América do Sul, que apresentam estruturas e econômicas similares, bem como políticas internacionais de expansão comercial com os outros continentes. Além disso, eles apresentam um perfil de comércio relativamente similar, com suas exportações concentradas em produtos primários.

No entanto, o aspecto mais relevante, e o que os diferencia, é o grau de abertura dos blocos para os não-membros. Enquanto os países da Aliança do Pacífico já apresentam, mesmo antes de sua formação, um grau de protecionismo relativamente baixo, com uma política comercial mais voltada à liberalização, os membros do MERCOSUL mostram um viés oposto, marcado por um grau de proteção maior em relação às importações de países de fora do bloco. Este capítulo aborda, de forma sucinta, o processo de integração de cada bloco, bem como os seus respectivos perfis de comércio e de proteção.

3.1 MERCOSUL

O MERCOSUL foi precedido pelo acordo existente entre os seus principais membros: Brasil e Argentina, esses faziam parte do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre ambos o denominado PICE. Seu objetivo era fazer com que houvesse a integração, em meados de 1986, entre as duas grandes economias sul-americanas. Dois anos após, em 1988, houve a aceleração do processo quando estes países assinaram o Tratado de cooperação, Integração e Desenvolvimento, o qual estabelecia o prazo máximo de dez anos para que fosse executada uma zona de livre comércio, bem como a coordenação das políticas macroeconômicas (KUME, 2005).

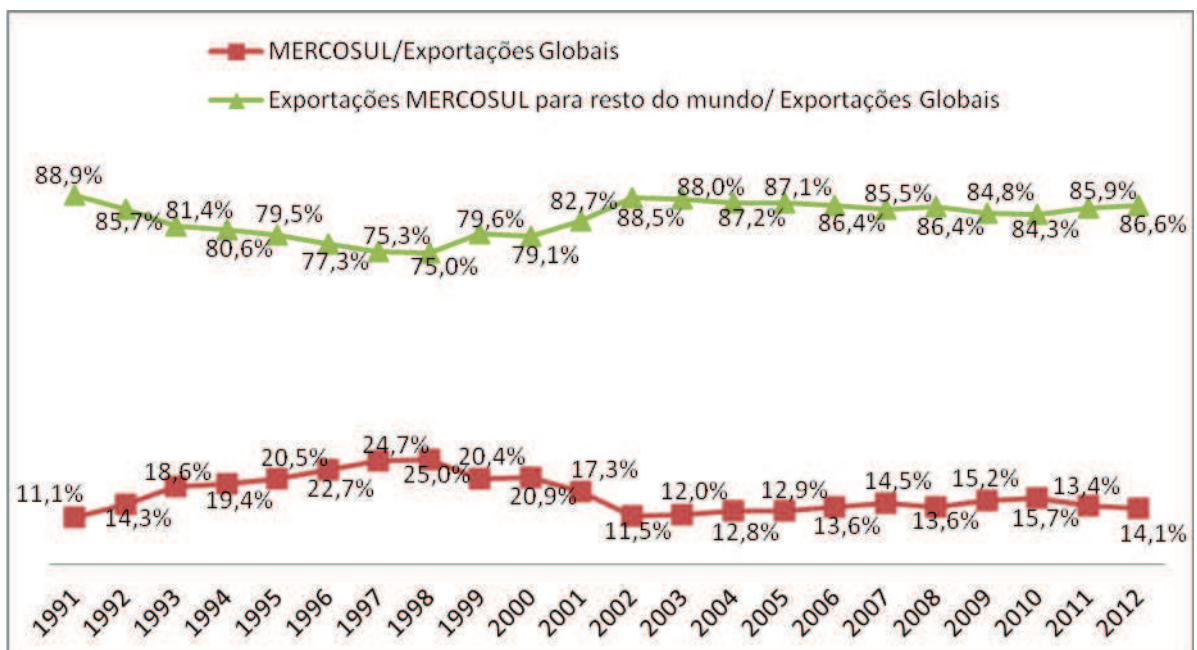
O bloco teve origem no início dos anos 1990, exatamente quando o mundo absorvia o início da nova onda de regionalismo. Em março de 1991, teve sua criação por meio do Tratado de Assunção, que objetivava a criação de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai até o ano de 2006. O comércio entre os países que o compunham deveria ser liberalizado plenamente e as tarifas que fossem aplicadas a importações feitas de países que não participassem do bloco deveriam ser convertidas em uma Tarifa Externa

Comum até 2006 (AZEVEDO, 2004). Outras questões, tais como a livre circulação de pessoas, capital e serviços, bem como, a eliminação de medidas *antidumping*, medidas de salvaguarda, entre outros, também deveriam estar equacionadas até 2006.

Desde a sua criação houve um aumento significativo no comércio bilateral entre os membros do bloco, causando a impressão de que a formação do bloco era a responsável por isto. No entanto, no final dos anos 1990, devido a diversas crises internacionais, como a crise na Ásia em 1997, na Rússia, em 1998, e ocorrências internas – recessão Argentina em 2001, alterações em políticas monetárias e cambiais no Brasil–, o comércio entre os países do bloco foi prejudicado. Por conta destes acontecimentos o MERCOSUL regrediu seu comércio intrabloco, voltando a ter um índice de comércio um pouco superior, porém semelhante ao de sua abertura.

Conforme mostra o gráfico 1, pode-se perceber a variação do comércio intrabloco e as exportações do bloco para o restante do mundo, desde a assinatura do tratado de Assunção em 1991. Após um início animador, com um grande crescimento dos fluxos comerciais intrabloco, chegando ao ápice em 1998, quando alcançou 25% do comércio total, houve uma reversão dessa tendência. Entre 1999 e 2002, houve uma queda significativa do comércio entre os membros do bloco, caindo, no ano de 2002, para um nível similar ao do início do processo de formação do bloco, em 1991.

Gráfico 1: Participação das Exportações Intrabloco do MERCOSUL (em % do total)



Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

A partir de 2003, percebe-se uma elevação gradual do comércio intrabloco, chegando a 15,7% do total, em 2010, mas voltando a declinar nos anos seguintes. Já as exportações do bloco para o restante do mundo apresentaram forte declínio na primeira década (1992 a 2001), passando a assumir percentual equivalente ao ano de 1991 no ano de 2002, mantendo certa estabilidade nas exportações nos anos seguintes. Esta estabilidade deve-se ao aumento das exportações de produtos primários (principalmente brasileiros) para países como China e União Europeia.

Uma das questões que tem dificultado o desenvolvimento de MERCOSUL para que aprofunde a sua integração é a questão da convergência de todas as tarifas à TEC. Com a introdução da TEC (1995) grande parte das tarifas sofreu elevação quando comparadas à situação anterior (1991 a 1994), quando cada país do bloco tinha autonomia para determinar a sua tarifa de importação.

Há duas abordagens que buscam explicar a determinação da TEC em uma união aduaneira. A primeira vincula o estabelecimento da TEC à tentativa de internalização por parte dos membros do bloco de ganhos ligados a uma melhoria dos seus termos de troca (abordagem dos termos de troca). Se os países tendem a importar os mesmos produtos, ao formar uma união aduaneira eles estariam aumentando seu poder de mercado. Assim, de acordo com esta abordagem, a TEC deveria provocar uma elevação das tarifas de importação para os não-membros após a formação do bloco (BOND e SYROPOULOS, 1996). Esta abordagem pode parecer pouco factível para explicar a configuração da TEC do MERCOSUL, dado a pequena relevância destes países no comércio mundial. No entanto, os maiores países do bloco, Argentina e Brasil, são suficientemente grandes para influenciar os preços de determinados produtos no mercado internacional. De acordo com Chang e Winters (1999), a formação do MERCOSUL gerou uma melhoria dos termos de troca para uma série de produtos.

A segunda abordagem, conhecida como formação endógena de tarifas, busca explicar a formação da TEC como uma forma de redistribuir renda para determinados grupos organizados da sociedade. Essa abordagem, por sua vez, apresenta resultados dúbios no que se refere à evolução do grau de protecionismo em relação aos países não-membros do bloco. De um lado, alguns autores argumentam que as tarifas deveriam declinar após a formação do bloco, pois na medida em que o tamanho do grupo de lobistas aumentasse ficaria mais difícil a sua organização e, portanto, a efetividade do *lobby* perderia força (RICHARDSON, 1994). Entretanto, outros afirmam que as tarifas poderiam aumentar. Neste caso, a negociação da TEC de um produto qualquer em uma união aduaneira geralmente refletiria os interesses dos

grupos de pressão localizados nos países com um maior nível de produção deste produto. Assim, um país com uma elevada produção de um determinado setor iria exercer uma pressão para mantê-lo protegido nas negociações da TEC (CADOT et al., 1996).

No caso do MERCOSUL, os grupos de interesse nacionais parecem não ter perdido influência a nível regional (OLARREAGA; SOLOAGA, 1998), configurando, assim, mais um motivo para a elevação da TEC em relação à situação anterior à formação do bloco. Bhagwati (1993) descreve este fenómeno como a síndrome “este mercado é nosso”, que estabelece que, em um ambiente onde os produtores detêm um papel importante na determinação das políticas comerciais, a formação do bloco pode levar a um aumento do protecionismo em relação aos países de fora do bloco.

Portanto, parece haver um suporte teórico bastante robusto para justificar a evidência empírica que apontou a elevação do grau de protecionismo do MERCOSUL em relação a países não membros do bloco após a implementação da TEC, conforme descrito nesta dissertação (AZEVEDO; MASSUQUETI, 2009). Desta forma, ao contrário do que determina o artigo XXIV da OMC, o bloco aumentou o grau de protecionismo em relação ao restante do mundo.

3.2 ALIANÇA DO PACÍFICO

Em conformidade com BID-INTAL (2013), a iniciativa de constituir um novo bloco econômico que integrasse a Ásia e o Pacífico foi do presidente Peruano Alan Garcia, em outubro de 2010. Ele propôs aos seus vizinhos latino-americanos Panamá, Colômbia, Equador e Chile para iniciar o processo de integração profunda que garantiria a circulação comercial livre entre seus bens, serviços, capitais e a livre circulação de pessoas.

Logo em seguida, o presidente Chileno Sebastian Piñeyra convocou os chefes de governo do Peru, da Colômbia e do México para estreitarem seus acordos por meio de uma integração profunda. A partir deste momento iniciaram-se as avaliações para executar na prática o projeto. Na Declaração de Lima efetivada em 28 de abril de 2011, de acordo com BID-INTAL (2013), foi estabelecida a Aliança do Pacífico, composta por Chile, Colômbia, México e Peru, com intuito de avanço progressivo na livre circulação de pessoas, capitais e bens.

Em 06 de junho de 2012, esta aliança ficou formalmente estabelecida, ainda tendo como participação de país observador o Panamá. O acordo objetiva dar uma projeção política

aos seus membros, tendo em vista as negociações dos países participantes junto a países asiáticos detentores de considerável poder, tais como Japão, Coreia e China.

A característica principal da Aliança do Pacífico é a elevada quantidade de acordos bilaterais que seus membros possuem com outras nações. Conforme o quadro 4, pode-se observar a quantidade de acordos comerciais existentes entre cada um dos países que a compõem e os seus respectivos parceiros comerciais.

Quadro 4: Acordos Comerciais dos Países da Aliança do Pacífico

País/Região	Colômbia	Chile	México	Peru
Área Europeia de Livre Comércio	TLC 2011	TLC 2004	TLC 2001	TLC 2011
União Europeia	Negociado	TLC 2003	TLC 2000	TLC 2013
TL CAN			TLC 1994	
Canadá	TLC 2011	TLC 1997		TLC 2009
EUA	TLC 2012	TLC 2006		TLC 2009
Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala, Honduras)	TLC 2009/2010	TLC 2002	TLC 2001	
Nicarágua	AAP 1984	TLC 2012	TLC 1998	
Mercosul	AAP 2005	AAP 1996	AAP 2006	AAP 2005/2006
Equador	CAN	AAP 1995	AAP	CAN
Bolívia	CAN	AAP 1993	AAP 2010	CAN
Venezuela	AAP 2012	AAP 1993	AAP	AAP
Cuba	AAP 2001	AAP 1999	AAP	
CARICOM	AAP 1995			
Turquia		TLC 2011		
Israel			AAP 2000	
Malásia		TLC 2012		
Japão		TLC 2007	TLC 2005	TLC 2012
Acordo Transpacífico		TLC 2006	AAP 1973	AAP 1973
Coreia	TLC 2013	TLC 2004	Negociado	TLC 2012
China		TLC 2006		TLC 2010
Cingapura				TLC 2009
Índia	3.2-27	AAP 2007		
Austrália		TLC 2009		
Tailândia				AAP 2011

Fonte: OEA-SEDI-DDECT: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR, Novembro/2013.

A Aliança do Pacífico inicia com uma participação da América Latina de cunho importante, principalmente por ter como membros o México e o Chile. O comércio exterior dos países do bloco, em 2010, registrou o valor de US\$ 439,790 bilhões nas exportações e US\$ 424,822 bilhões nas importações, de acordo com a CEPAL (2010). Tanto as exportações quanto as importações superaram as dos países do MERCOSUL, que somou, no mesmo ano,

exportações de US\$ 282,045 bilhões e importações de US\$ 266,890 bilhões (BID-INTAL, 2013). A Aliança do Pacífico irá representar mais de 40% do PIB da América Latina e do Caribe, bem como mais de 40% de sua população (CEPAL, 2009).

Conforme se pode observar na tabela 2, os membros da AP ainda apresentam um baixo volume de comércio entre si, não superando os 10% do total comercializado com o mundo, em 2010. A tendência é que a formação do bloco aumente o comércio interno, devido à eliminação das tarifas de importação entre os seus membros. O país que possui a menor participação comercial com os demais membros é o México, que representou apenas 1,6% do comércio intrabloco. Em contrapartida, a Colômbia apresenta o maior nível de comércio com os demais membros, totalizando 10,2%, seguido do Peru, com 9,2% e do Chile, com 7,4%.

Tabela 2: Fluxo Comercial Total entre os Integrantes da ALIANÇA DO PACÍFICO em 2010
(US\$ mil e percentual de exportações)

PARCEIROS COMERCIAIS	CHILE		COLOMBIA		MEXICO		PERU	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL	120.264.409	100,00	80.248.608	100,00	599.651.802	100,00	64.447.384	100,00
CHILE	0	0,00	1.790.982	2,23	3.818.442	0,64	2.386.668	3,70
COLOMBIA	2.288.624	1,90	0	0,00	4.556.875	0,76	2.117.056	3,28
MEXICO	3.899.561	3,24	4.487.556	5,59	0	0,00	1.402.742	2,18
PERU	2.757.454	2,29	1.914.766	2,39	1.311.699	0,22	0	0,00
TOTAL INTRABLOCO	8.945.639	7,44	8.193.304	10,21	9.687.016	1,62	5.906.466	9,16

Fonte: CEPAL (2012).

3.3 FONTE E AGREGAÇÃO DOS DADOS

Os dados tarifários deste capítulo foram extraídos da base de dados do *Market Access Map* (MacMap). Essa ferramenta pertence ao Centro de Comércio Internacional (ITC), e também dá origem a base de dados do modelo GTAP. Os dados obtidos são referentes a tarifas não discriminatórias (NMF) compostas por seus 8 dígitos do Sistema Harmonizado (SH). Os dados para a Aliança do Pacífico são de 2009, enquanto para o MERCOSUL são de 2012.

Cada um dos países possui diversificadas linhas tarifárias pelo SH, que foram agregadas para apenas 21 seções. A tarifa correspondente a cada uma das seções, neste caso, foi

determinada pela média aritmética simples⁵. No MERCOSUL, há determinação de tarifas para países não membros pela Tarifa Externa Comum (TEC) para cada produto, já na Aliança do Pacífico o regramento não se dá pela TEC, tendo em vista que este aglomerado de países pretende tornar-se uma zona de livre comércio.

Os indicadores com referência aos fluxos de comércios dos blocos com o restante do mundo também se referem aos anos de 2009 para AP e de 2012 para MERCOSUL. Eles foram extraídos da ferramenta *Trade Map*, também disponibilizada pelo ITC, a dois dígitos do SH em dólar e agregadas, da mesma forma que as tarifas, em 21 seções do SH.

3.4 TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E FLUXOS DE COMÉRCIO

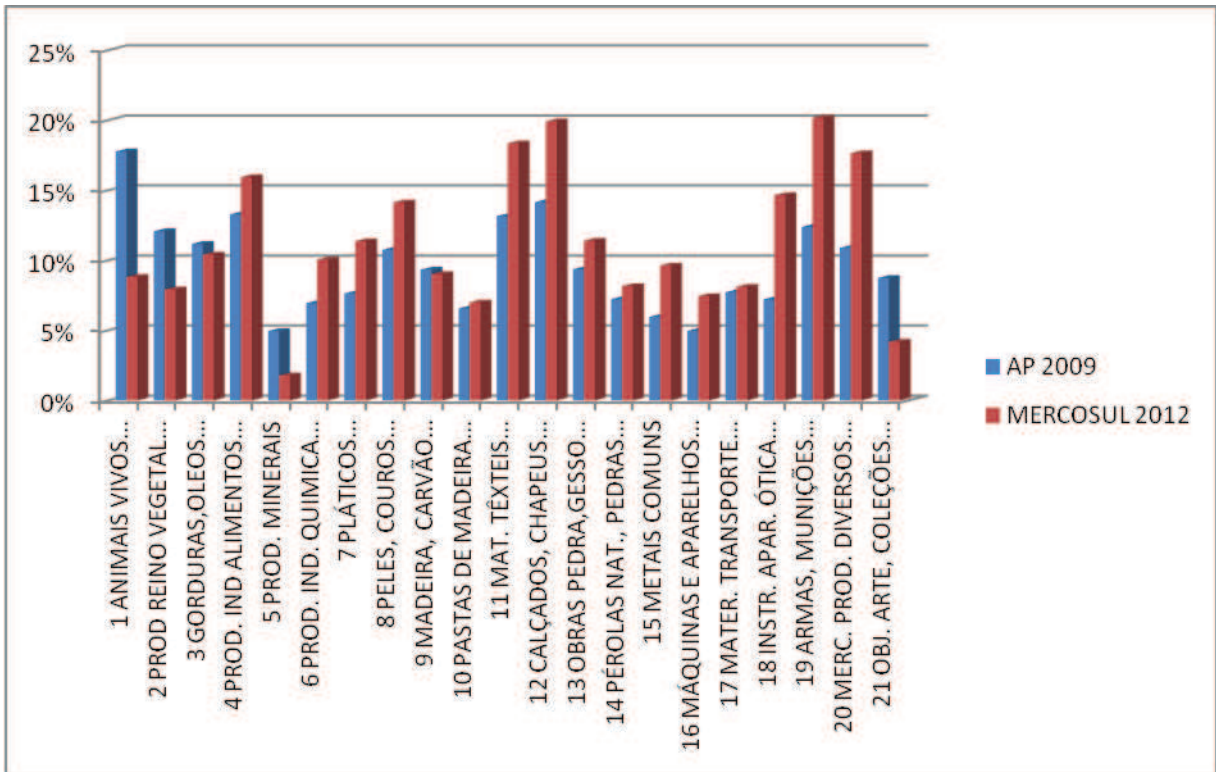
A média tarifária entre todos os setores para o MERCOSUL no ano de 2012, estimada pelo ITC, foi de 11,25%, porém em diversos setores pode-se perceber nitidamente um viés de proteção mais elevado. Para os produtos manufaturados, o percentual tarifário chega quase a dobrar em relação às tarifas para produtos primários, que apresentam para a maioria dos produtos uma tarifa de importação inferior a 10%.

O gráfico 2 apresenta as tarifas médias encontradas em cada uma das 21 seções do SH por bloco. Pode-se identificar que apesar da AP apresentar tarifas elevadas para algumas seções, o MERCOSUL apresenta as tarifas mais altas na maioria das seções, com poucas exceções. Destacam-se as seções de Animais Vivos - apresenta tarifa média de quase metade da tarifa praticada pela AP - de Produtos do Reino Vegetal, com uma tarifa média de apenas 7% e de Produtos Minerais, com uma tarifa média da seção inferior a 5%.

Na seção 17, que se refere a Materiais de Transporte, na qual está incluída a tarifa de automóveis, a média apresentada pelo MERCOSUL foi relativamente baixa, apesar do capítulo referente a material de transporte exclusivamente se situar em torno de 21%. A tarifa zero aplicada a determinados produtos, como aviões, acabou reduzindo a média da seção.

⁵ Há dois tipos de utilização de tarifas: simples e ponderada. A melhor indicada para o tipo de análise efetuada é a média simples na utilização de tarifas, pois o método de tarifa ponderada tende a subestimar proteções em determinados setores, nos quais o comércio bilateral não possui efetividade. Por se tratar de uma pesquisa que em sua análise demonstra a intenção de identificar os setores com maior proteção, optou-se por não utilizar o método de médias ponderadas.

Gráfico 2: Tarifas NMF Médias por Seção do SH (%)

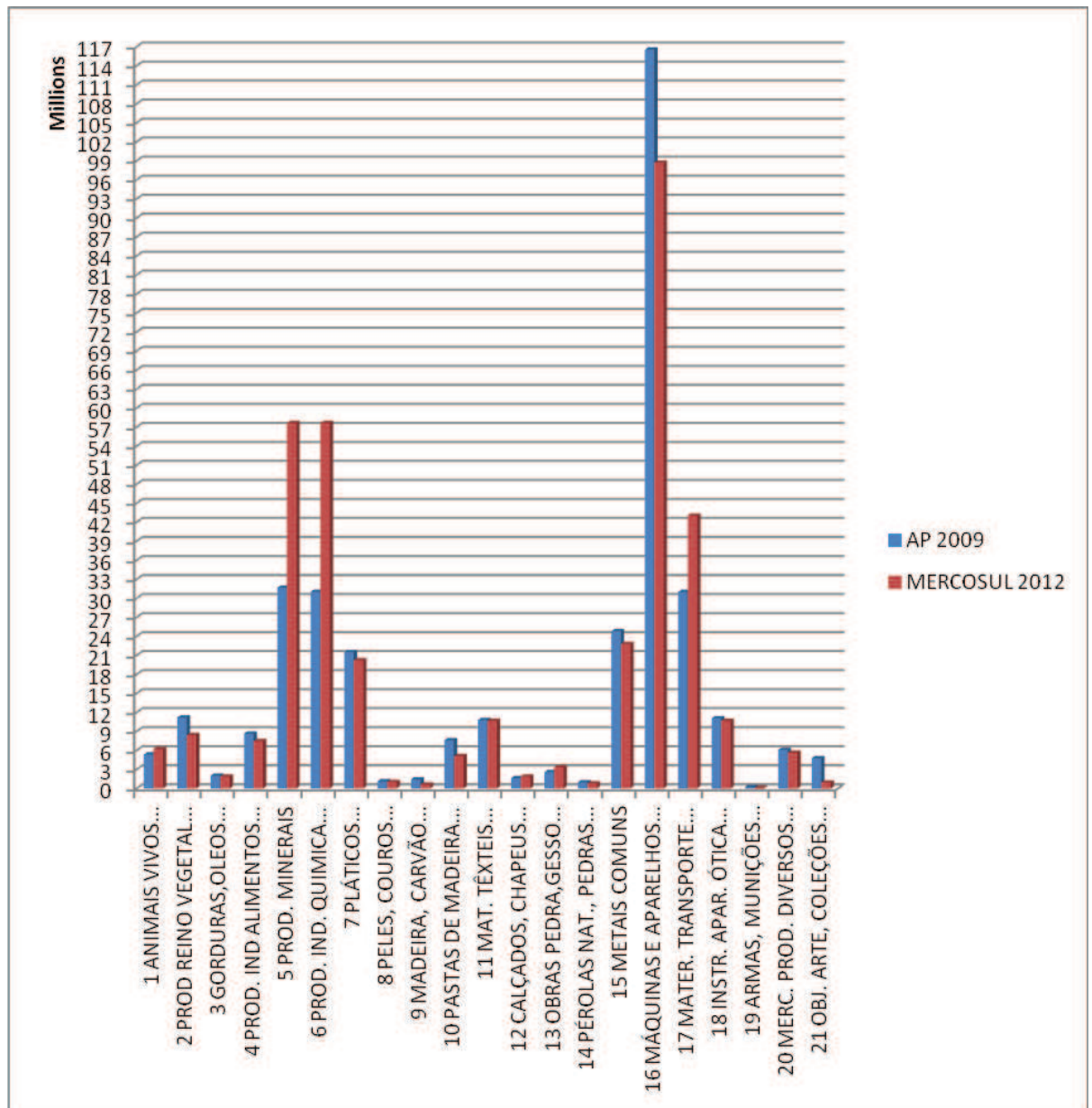


Fonte: OMC (2013)

A comparação entre o MERCOSUL e a AP mostra que o primeiro bloco apresenta tarifas médias elevadas para produtos manufaturados, sendo as mais altas próximas a 20%, como calçados, tecidos e armas; e tarifas relativamente baixas para os produtos primários. Já o bloco do Pacífico mostra um viés protecionista muito menor, especialmente em produtos industrializados. As tarifas médias mais elevadas incidem em setores primários, ao contrário do que ocorre com o MERCOSUL. Esses dados comprovam o maior grau de abertura da AP em relação ao bloco do cone sul. No entanto, como já são países com menor proteção, os eventuais ganhos com a formação do bloco tendem a ser menores.

No que se refere aos fluxos comerciais, o MERCOSUL, principalmente o Brasil, é um grande exportador de produtos primários e semimanufaturados, porém não produz com a mesma eficiência em bens manufaturados, necessitando de um grande volume de importações para abastecer seu mercado doméstico. Isso é particularmente verdadeiro em relação a produtos industrializados de maior intensidade tecnológica, especialmente de média-alta e alta tecnologia, especialmente das seções 16 (Máquinas e Aparelhos), 17 (Material de Transporte) e 6 (Produtos Químicos). A exceção são os Produtos Minerais, devido às importações de petróleo e seus derivados.

Gráfico 3: Importações totais da AP e MERCOSUL por Seção do SH (milhões de US\$)



Fonte: Trade Map (2014)

Também chama a atenção que, embora proteja mais os produtos industrializados, as tarifas mais elevadas do MERCOSUL incidem sobre produtos de baixa intensidade tecnológica, como os têxteis e calçados. Enquanto isso, tarifas menores são aplicadas em setores de maior conteúdo tecnológico, o que ajuda a explicar o maior volume de importações destes.

Percebe-se um perfil similar de importações da AP, que se concentram em produtos de maior conteúdo tecnológico. A seção 16 apresenta um volume ainda maior de importações em relação MERCOSUL, em razão da intensa relação comercial do México com o Estados

Unidos, através do NAFTA, o que acaba estimulando as importações de Máquinas e Aparelhos daquele país. Também se percebe uma concentração das importações nas seções 17, 5 e 6.

Uma questão importante que se coloca para a Aliança do Pacífico é se a plena liberalização comercial entre seus membros irá estimular o comércio de produtos industrializados e qual será o perfil desses produtos, de maior ou menor intensidade tecnológica. Nesse sentido, se questiona se o processo de integração irá deslocar as exportações de parceiros do NAFTA e do MERCOSUL desses setores de maior conteúdo tecnológico.

Nesse sentido, o próximo capítulo estima, por meio de um Modelo de Equilíbrio Geral Computável, os efeitos da integração da AP sobre produção, comércio e bem-estar, separando os setores de acordo com a sua intensidade tecnológica.

4 EFEITOS DA ALIANÇA DO PACÍFICO ATRAVÉS DE UM MODELO DE EGC

Os Modelos de Equilíbrio Geral Computáveis (EGCs) permitem que se obtenham diretamente os efeitos sobre o bem-estar, o principal objetivo da política econômica. Esses modelos podem produzir uma grande variedade de *antimundos*, incluindo aqueles em que as barreiras multilaterais e/ou unilaterais são modificadas, de acordo com o interesse do pesquisador. De acordo com Azevedo (2008), esses modelos têm sido amplamente empregados para medir impactos que venham a surgir a partir da integração econômica de uma região ou de um grupo de países, como é o caso da Aliança do Pacífico. Nesse sentido, eles desempenham um papel importante na antecipação de cenários para a tomada de decisão, auxiliando na condução da política econômica.⁶

Entre os economistas, há quase um consenso sobre o papel decisivo da inovação e da difusão tecnológica no aumento da produtividade. No longo prazo, como se sabe, o crescimento econômico anda lado a lado com a elevação da produtividade de um país. Enquanto os economistas ortodoxos atribuem a todos os setores da economia o mesmo peso para explicar o comportamento da produtividade, os economistas chamados de estruturalistas identificam na indústria um papel central nesse processo. Esse setor seria a principal fonte criadora e propagadora de progressos tecnológicos, bem como o responsável por significativos retornos crescentes de escala. Dessa forma, a presença de um setor industrial dinâmico seria uma condição indispensável para o aumento da produtividade e do próprio crescimento da economia de uma nação (FURTADO; CARVALHO, 2005).

Conforme Vogel e Azevedo (2012), a incorporação de tecnologia à sua cadeia produtiva, é condição perseguida por países que desejam agregar valor aos seus produtos exportados. De igual modo, Furtado e Carvalho (2005) apontam que a capacitação tecnológica é responsável pelo surgimento de vantagens comparativas, fundamentais para colocar o país em questão em condições de destaque em um mundo globalizado e de grande concorrência.

Esse capítulo tem como finalidade estimar os resultados da integração entre os países da AP, por meio de um modelo de EGC, separando os setores de acordo com a sua intensidade tecnológica.

⁶ O principal interesse pelos modelos de equilíbrio computável, conforme aponta Curzel (2007), se dá devido ao fato de se empregar informações empíricas de uma economia real no modelo e, a partir daí, ser possível obter respostas quantitativas para determinados problemas econômicos. O autor também destaca a importância desses modelos, estruturados de maneira multirregionalizada, na captura dos efeitos de interdependência econômica entre regiões, países e blocos comerciais.

4.1 MATERIAL E MÉTODOS

4.1.1 Modelo

Os modelos de equilíbrio geral computável (EGC) têm sido muito utilizados para examinar os efeitos dos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) sobre países membros e não membros. Eles permitem estimar as mudanças de bem-estar associadas às reduções preferenciais da estrutura de proteção, cobrindo tanto os efeitos estáticos como os efeitos dinâmicos da integração. Ganhos estáticos surgem da especialização da produção de acordo com as vantagens comparativas, alteração nos termos de troca, aumento de eficiência devido à maior competição externa e economias de escala. Já os efeitos dinâmicos se referem às mudanças nas taxas de crescimento econômico (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010).

A literatura que trata de modelos de EGC mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita, em estudos que analisam o Nafta, (por exemplo, ROLAND-HORST; REINERT; SHIELLS, 1992), a UE (por exemplo, HARRISON; RUTHERFORD; TARR, 1997), a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (por exemplo, WATANAKI; MONTEAGUDO, 2001) e o MERCOSUL (por exemplo, FLORES, 1997; CAVALCANTE; MERCENIER, 1999), na medida em que os primeiros criam mecanismos adicionais através dos quais um APC pode afetar o bem-estar.

Neste estudo foi utilizado o modelo de equilíbrio geral aplicado GTAP. Ele é um modelo padrão multirregional de equilíbrio geral aplicado, que se enquadra na primeira geração de modelos ao adotar uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala nas atividades de produção e consumo (HERTEL, 1997; HERTEL; TSIGAS, 1997). Ele foi desenvolvido pelo Centro de Análise de Comércio Global do Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Purdue, nos Estados Unidos. A sua 6ª versão, utilizada neste estudo, consiste de uma ampla base de dados referentes a 87 regiões e 57 setores, de uma estrutura padronizada de modelagem e de um *software* para a manipulação dos dados e implementação de simulações (HERTEL, 1997). Como os demais modelos de equilíbrio geral computável, pode-se compreender o GTAP como sendo composto por três módulos centrais (FERRAZ, 2013; HORRIDGE, 2003):

- a. Um banco de dados com matrizes de insumo-produto, matrizes de impostos, matrizes de contabilidade social etc., que fornece a base empírica do modelo;

- b. Uma estrutura em ninho formada por funções microeconômicas tradicionais (minimização de custos, maximização de lucro, condições de equilíbrio etc.), que operacionaliza o banco de dados para a simulação, criando os canais de ação dos choques;
- c. Um fechamento macroeconômico que determina as variáveis endógenas e exógenas de modo a tornar viável a resolução das equações estruturais do modelo.

Pode-se, então, concluir, segundo Lamounier (1998), que, se prevalecerem as suposições de que todos os mercados estão em equilíbrio, todas as firmas operam com lucro zero e todas as famílias estão sobre a sua restrição orçamentária, os investimentos globais deverão se igualar às poupanças globais, fazendo prevalecer a lei de Walras⁷.

O modelo GTAP usa uma estrutura de ninho de três níveis na especificação da função de produção. No topo, a função de produção assume substitutibilidade zero entre os fatores primários de produção e os insumos intermediários (tecnologia de Leontief). Assim, o *mix* ótimo de fatores primários é independente dos preços dos insumos intermediários, enquanto o *mix* ótimo de insumos intermediários não varia conforme o preço dos fatores primários. O segundo nível envolve uma elasticidade de substituição constante, tanto entre os insumos como entre os fatores de produção. Assume-se que os insumos importados são diferenciados por origem, assim como os insumos domésticos são discriminados em relação aos importados. Isto é, as firmas inicialmente determinam o *mix* ótimo de insumos domésticos e importados e somente depois decidem a respeito da origem das importações (hipótese de Armington). O nível mais baixo do ninho também assume uma elasticidade de substituição constante entre os insumos importados de diferentes origens (AZEVEDO, 2008).

Em relação à função de utilidade, o modelo usa uma estrutura de ninho em quatro níveis. O nível mais elevado da demanda final é governado por uma função de utilidade agregada do tipo Cobb-Douglas, onde a renda é destinada ao consumo privado, aos gastos do governo e à poupança. Portanto, cada uma dessas categorias apresenta uma parcela fixa na renda total. Uma vez que a mudança nos gastos foi determinada, o próximo passo consiste em alocá-los entre os bens agregados. Isto é feito no segundo nível do ninho de demanda, onde as despesas do governo são ditadas por uma função Cobb-Douglas, enquanto os gastos privados agregados são modelados por uma forma funcional não-homotética, a *constant difference elasticity* (CDE). Essa forma de função de utilidade implica que sucessivos aumentos no consumo privado de determinados bens ou serviços não geram necessariamente melhorias

⁷ Para maiores informações acerca do GTAP, ver Hertel (1997).

equiproporcionais no bem-estar econômico. Assim que a demanda agregada por importações é determinada, o restante das árvores de utilidade de ambos, governo e setor privado, é análogo ao segundo e terceiro níveis da demanda das firmas por insumos intermediários, baseando-se essa demanda em uma função de utilidade com elasticidade de substituição constante. A única diferença entre a demanda por importações agregadas das firmas e a das famílias são as suas respectivas parcelas nas importações. Em consequência, os setores (e famílias) mais intensivos no uso de importações serão os mais afetados pelas mudanças nas tarifas de importação (AZEVEDO, 2008).

4.1.2 Agregação Setorial e Regional

As 87 regiões e os 57 setores da 6ª versão deste *software* foram agrupadas em nove regiões e seis setores de forma a permitir a mensuração dos impactos da integração da Aliança do Pacífico sobre o comércio e o bem-estar dos países participantes e não participantes do acordo. Para determinar a agregação regional, que pode ser observada no Quadro 5, foram contemplados os principais parceiros comerciais envolvidos no experimento: os quatro membros da AP, os 28 membros da UE⁸; os membros do Mercosul, os países do BRICS (menos Brasil), dada a sua elevada participação no comércio dos países da AP e o Resto do Mundo.

Já a agregação setorial foi criada buscando identificar os efeitos do acordo sobre os setores segundo sua intensidade tecnológica. Para isso, os setores foram organizados conforme a classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme Furtado e Carvalho (2005) e Markwald (2004), atualmente, a classificação da OCDE é baseada no indicador de intensidade de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) (Gasto em P&D / valor adicionado, ou gasto em P&D / produção), sendo dividida em quatro categorias:

- a. Alta intensidade tecnológica: setor aeroespacial, farmacêutico, de informação, eletrônica, telecomunicações e instrumentos;
- b. Média-alta intensidade tecnológica: setores de material elétrico, veículos automotores, química (excluído o setor farmacêutico), ferroviários, equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos;

⁸ Inclui a Croácia, que se tornou membro da UE em julho de 2013.

- c. Média-baixa intensidade tecnológica: setores de construção naval, borracha e produtos plásticos, coque, produtos refinados metálicos, metalurgia básica e produtos metálicos;
- d. Baixa intensidade tecnológica: outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose, editorial e gráfica, alimentos, bebidas e fumo, têxtil de confecção, couro e calçados.

Quadro 5: Agregação Regional e Setorial

Agregação Regional
1. México 2. Chile 3. Colômbia 4. Peru 5. União Europeia (UE28): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia. 6. Mercosul: Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela 7. NAFTA: EUA, Canadá. 8. BRICS: Rússia, China, Índia e África do Sul. 9. Resto do Mundo: Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia, Resto da América do Norte, Resto do Pacto Andino, Resto da Europa, Resto da América do Sul, América Central, Resto da ALCA, Resto do Caribe, Suíça, Albânia, Resto da antiga União Soviética, Turquia, Resto do Oriente Médio, Marrocos, Tunísia, Resto do norte da África, Botswana, Resto do Sul Africano, Malauí, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Resto da SADC, Madagascar, Uganda, Resto da África Subsaariana.
Agregação Setorial
1. Primários: arroz, trigo, cereal, frutas, vegetais, oleaginosas, cana de açúcar, açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite e lã, carnes, óleos e gorduras, laticínios, arroz processado, açúcar, silvicultura, pescados, óleo, carvão e gás. 2. Baixa Tecnologia: bebidas e tabaco e outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário e artigos em couro, madeira, papel, borracha e minerais. 3. Média-Baixa Tecnologia: produtos de metais, metais ferrosos, gás, petróleo e carvão. 4. Média-Alta Tecnologia: veículos motorizados, peças automotivas e equipamentos de transporte, produtos químicos, plásticos. 5. Alta Tecnologia: máquinas, equipamentos eletrônicos e outros equipamentos, outras manufaturas. 6. Serviços: eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde e educação e habitação.

Fonte: GTAP 6 (Base de Dados).

Além deles, foram incluídos os produtos primários, que tem um peso significativo no comércio internacional dos membros da AP e o setor de serviços.

4.1.3 Cenário

A avaliação dos efeitos da integração da AP é realizada supondo o seguinte cenário:

- a. A simulação, denominada Cenário AP, eliminou as tarifas de importação⁹ no comércio entre os membros da AP, de acordo com a base de dados da 6ª versão do GTAP, que se refere ao ano de 2001, servindo de cenário de referência para o restante das simulações.

Como o objetivo é mensurar os efeitos da liberalização comercial entre os países da AP, o experimento envolve somente as mudanças nas tarifas de importação adotadas pelos países membros, sem que haja reciprocidade dos países não membros. A fim de capturar os principais efeitos alocativos no acordo preferencial avaliado, a simulação foi realizada, utilizando o fechamento convencional do GTAP, o qual considera mobilidade interssetorial perfeita de trabalho e capital e mobilidade imperfeita dos fatores terra e recursos naturais. A oferta agregada nacional dos fatores de produção é exógena para cada região, assim como a tecnologia de produção das firmas¹⁰.

Seguindo o cenário estabelecido, aplicou-se um choque que eliminou as tarifas de importação vigentes entre os países do acordo, a partir do método numérico de Gragg, visando reduzir as distorções contidas no método linear de Johansen (HERTEL et al., 1992). As tarifas bilaterais ao nível de agregação apresentada pelo GTAP (com 57 setores na 6ª versão) são obtidas pela agregação das tarifas não discriminatórias a seis ou oito dígitos do Sistema Harmonizado (SH), utilizando como ponderação o valor das importações bilaterais. Empregando como exemplo a agregação utilizada nesta pesquisa, cada uma das nove regiões apresenta oito tarifas de importação diferentes para cada um dos seis setores.

A Tabela 3 mostra a redução tarifária intrabloco média para cada uma das regiões. Ressalta-se que o experimento supõe a redução nas tarifas de importação entre os membros do acordo, portanto são apresentadas somente as variações dessas regiões. No México, observa-se uma redução significativa das tarifas de importação dos produtos primários do Chile e do Peru, que supera os 13%. Nos produtos industrializados, a queda é elevada somente para o Peru, refletindo o maior grau de protecionismo vigente nesses setores antes da criação do

⁹ A simulação não inclui a eliminação de barreiras não tarifárias (BNTs) principalmente devido à dificuldade em quantificar medidas regulatórias.

¹⁰ O fechamento, ou *closure*, de um cenário pode ser considerado como uma maneira especial de escolha das variáveis endógenas e exógenas do modelo. Para que a resolução do modelo chegue a uma conclusão, é necessário que o número de equações seja igual ao número de variáveis endógenas. Como o número de variáveis geralmente é superior ao número de equações, devem ser selecionadas algumas variáveis para serem exógenas ao modelo (FEIJÓ; STEFFENS, 2013).

acordo. Já no Chile, devido à tarifa linear de importação que o país aplica em relação aos seus parceiros comerciais não-preferenciais, a queda é idêntica em todos os setores, de 7%, para a Colômbia e Peru.

Tabela 3: Variação das Tarifas de Importação dos Países da AP (%)

México	Chile	Colômbia	Peru	Colômbia	México	Chile	Peru
Primários	-13,4	-8,2	-13,7	Primários	-10,1	-15,5	-0,2
Baixa	0,0	-2,5	-18,2	Baixa	-15,8	-14,3	0,0
Media-Baixa	0,0	-2,1	-11,0	Media-Baixa	-12,2	-10,2	0,0
Media-Alta	0,0	-2,8	-20,3	Media-Alta	-11,0	-15,2	0,0
Alta	0,0	-2,7	-16,8	Alta	-10,9	-13,0	-0,1
Serviços	0,0	0,0	0,0	Serviços	0,0	0,0	0,0

Chile	México	Colômbia	Peru	Peru	México	Chile	Colômbia
Primários	0,0	-6,7	-7,0	Primários	-11,4	-20,9	-3,8
Baixa	0,0	-7,0	-7,0	Baixa	-13,0	-14,0	-3,2
Media-Baixa	0,0	-7,0	-7,0	Media-Baixa	-12,0	-12,0	-2,1
Media-Alta	0,0	-7,0	-7,0	Media-Alta	-12,0	-12,1	-2,2
Alta	0,0	-7,0	-7,0	Alta	-12,3	-12,6	-2,9
Serviços	0,0	0,0	0,0	Serviços	0,0	0,0	0,0

Fonte: GTAP (Base de Dados).

Em relação ao México, como já há um acordo de livre comércio vigente, não houve alteração nas tarifas de importação. No caso da Colômbia, a redução tarifária se aplica somente ao México e ao Chile – variando entre 10% e 15% –, pois o Peru por ser membro da Comunidade Andina (CAN) já usufrui de livre acesso ao mercado colombiano. Por fim, o Peru reduz mais fortemente a tarifa de importação para os produtos provenientes do Chile, especialmente de produtos primários (20,9%), com pequenas reduções para Colômbia, devido aos acordos da CAN.

A direção e a magnitude dos efeitos de uma mudança da política comercial não dependem somente do tamanho do choque. Também é preciso examinar as elasticidades de cada setor, que refletem o tamanho do impacto que uma variação no preço exerce sobre a demanda. A Tabela 4 mostra os valores da elasticidade de substituição entre os fatores primários (ESUBVA), entre os bens domésticos e importados da estrutura de agregação de Armington (ESUBD) e entre importações de diferentes fontes (ESUBM). Assim, maiores reduções tarifárias aliadas às mais altas elasticidades de substituição permitem deduzir, antecipadamente, que as variações mais significativas na produção doméstica, nas importações e no bem-estar ocorrerão no setor de produtos primários e de alta intensidade

tecnológica. Em contrapartida, esperam-se resultados menos expressivos nos demais setores industriais, pois eles apresentam elasticidade de substituição mais baixa.

Tabela 4: Elasticidades de Substituição

Setores	ESUBVA	ESUBD	ESUBM
Primários	0,38	3,68	10,22
Baixa	1,16	2,72	6,17
Media-Baixa	1,26	3,02	6,23
Media-Alta	1,26	3,11	6,17
Alta	1,26	4,15	8,35
Serviços	1,38	1,94	3,85

Fonte: GTAP (Base de Dados).

Como há um processo de negociação para a formação de uma Zona de Livre Comércio entre os países da AP, pretende-se examinar se a formação desse acordo comercial geraria ganhos de bem-estar aos seus futuros membros, bem como o perfil de comércio que seria estimulado por esse processo de integração. Os resultados dessa simulação são apresentados na próxima subseção.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.2.1 Impactos Sobre a Produção Doméstica e o Comércio Internacional

O comportamento da produção é, em boa parte, explicado pela evolução do comércio internacional, fruto da criação do acordo comercial. Como era de se esperar, o Chile é o país mais afetado, com as maiores variações naqueles setores com maior redução das tarifas de importação, apresentando as maiores variações na produção doméstica. Os produtos de alta tecnologia e os primários são os que mais beneficiam do processo de liberalização, com uma expansão da produção de 1,9% e 2,6%, respectivamente (Tabela 5). Isso reflete tanto a maior liberalização ocorrida nesses setores nos demais membros da AP para as exportações do Chile, como a maior sensibilidade dos mesmos às variações de preços, dada as maiores elasticidades encontradas nesses dois setores. Isso acabou gerando um aumento da demanda do bloco por produtos chilenos.

Tabela 5: Variação da Produção Doméstica (%)

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	-0,12	1,91	-0,02	-0,17	0,01	0,00	0,00	-0,02	0,00
Baixa	0,01	-0,72	-0,11	0,14	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Media-Baixa	0,01	-1,68	0,15	1,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
Media-Alta	0,21	1,09	0,55	-0,34	-0,04	-0,01	-0,01	0,00	-0,01
Alta	-0,03	2,63	0,52	-0,78	0,03	0,00	-0,01	0,01	0,00
Svces	0,00	-0,14	-0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: GTAP (Simulação).

O México, ao contrário, é o país que sofre as menores variações de sua produção doméstica, resultado de sua maior integração prévia com os países do futuro bloco, especialmente com o Chile, que não propiciou uma queda expressiva de tarifas de importações nos demais países da AP. Nos outros países da AP as variações na produção doméstica foram pouco significativas, refletindo as pequenas alterações nas tarifas de importações. Nas demais regiões examinadas, praticamente não houve alterações em sua estrutura produtiva. No MERCOSUL, por exemplo, houve uma queda de apenas 0,04% da produção do setor de média-alta tecnologia.

A Tabela 6 mostra a variação nas importações da AP. As importações de produtos primários tiveram o maior destaque em todos os países do bloco, com uma forte expansão. No México, as importações dos três parceiros desse segmento cresceram acima de 100%, com destaque para o Peru (258%) e Chile (192%), em detrimento das importações dos demais parceiros comerciais de fora do bloco, que registraram queda. As importações do país aumentaram em todos os setores tanto da Colômbia como do Peru, especialmente do último, que foi beneficiado pela maior redução tarifária. Como a redução de tarifas do México somente afetou o setor primário do Chile, houve uma queda das importações dos demais setores, beneficiando os outros dois parceiros da AP. Um padrão similar foi observado no Chile, com aumento significativo das importações dos membros da AP, à exceção do México, pois não ocorreu uma queda das tarifas para esse país. Os demais parceiros de fora da AP foram pouco afetados pela integração, com variações pouco representativas das importações chilenas.

Tabela 6: Variação no Volume das Importações dos Países da AP (%)

qxs[**Mexico]	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	191,89	117,1	258,05	-3,06	-3,26	-3,26	-3,12	-3,25
Baixa	-5,51	17,38	178,22	-0,28	-0,41	-0,4	-0,37	-0,4
Media-Baixa	-3,69	14,32	93,35	0,14	0,02	0,02	0,05	0,02
Media-Alta	-3,2	20,65	218	0,22	0,09	0,09	0,11	0,09
Alta	-4,83	27,49	263,1	0,22	0,04	0,05	0,08	0,05
Serviços	-3,23	0,17	-0,42	0,29	0,18	0,18	0,2	0,18

qxs[**Chile]	Mexico	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	-0,66	93,63	97,98	-0,43	-0,63	-0,63	-0,5	-0,62
Baixa	0,25	53,94	52,14	0,64	0,51	0,51	0,54	0,51
Media-Baixa	-1,39	51,55	52,24	-0,97	-1,09	-1,09	-1,06	-1,08
Media-Alta	-0,25	54,38	54,28	0,13	0,01	0,01	0,03	0,01
Alta	0,1	80,23	76,19	0,74	0,56	0,56	0,59	0,57
Serviços	1,2	1,53	0,92	1,64	1,54	1,54	1,56	1,54

qxs[**Colombia]	Mexico	Chile	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	143,88	230,28	-6,71	-8,57	-8,76	-8,76	-8,64	-8,75
Baixa	125,63	98,77	-8,4	-8,1	-8,22	-8,22	-8,2	-8,22
Media-Baixa	96,17	69,86	-2,71	-3,59	-3,7	-3,7	-3,68	-3,7
Media-Alta	77,62	117,51	-4,69	-6,11	-6,23	-6,22	-6,2	-6,22
Alta	121,65	148,26	-5,36	-5,59	-5,76	-5,75	-5,73	-5,75
Serviços	-0,34	-3,42	-0,62	0,09	-0,01	-0,01	0	-0,01

qxs[**Peru]	Mexico	Chile	Colombia	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW
Primários	157,73	397,27	26,31	-13,84	-14,01	-14,01	-13,9	-14
Baixa	79,27	80,07	4,02	-15,25	-15,36	-15,36	-15,33	-15,36
Media-Baixa	88,66	82,38	6,9	-6,47	-6,58	-6,58	-6,56	-6,58
Media-Alta	82,34	77,59	5,4	-9,03	-9,14	-9,13	-9,12	-9,13
Alta	143,98	138,46	21,01	-6,44	-6,61	-6,6	-6,58	-6,6
Serviços	-0,02	-3,11	0,3	0,41	0,31	0,31	0,33	0,31

Fonte: GTAP (Simulação).

Nos mercados da Colômbia e do Peru, as importações cresceram de forma expressiva tanto do México como do Chile, especialmente de produtos primários e de alta tecnologia, refletindo a queda das tarifas de importação, em detrimento das demais regiões. As compras do Peru de produtos primários do Chile mostraram a maior expansão, chegando a 397%. As importações da Colômbia provenientes do Peru, por sua vez, declinaram em todos os setores, enquanto houve uma elevação de pequena intensidade das importações peruanas da Colômbia, mas muito abaixo do observado dos demais países da AP. As importações do bloco dos demais parceiros comerciais não tiveram mudanças expressivas, chegando a ocorrer um pequeno aumento das importações, especialmente dos produtos industriais de maior conteúdo tecnológico, ocupando o espaço perdido pelo Brasil.

Os resultados da simulação sinalizam para um padrão de comércio bem definido entre os parceiros da AP. A criação do acordo comercial indica um aprofundamento da relação comercial entre México e Chile com a Colômbia e o Peru, mas com pequeno impacto na relação México-Chile e Peru-Colômbia. Isso reflete a menor liberalização que ocorreu nesses dois pares de países entre si, pois já há acordos de integração prévios, limitando o escopo dos ganhos oriundos da formação da AP. Em relação ao perfil de comércio, os setores mais beneficiados seriam o de produtos primários e o de alta tecnologia, onde a redução tarifária foi maior, tendo como resultado um maior intercâmbio comercial entre os países da AP, em detrimento das demais regiões examinadas nesse experimento.

4.2.2 Efeito Sobre o Bem-Estar

Em modelos de equilíbrio geral baseados em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita, com dotação de fatores e tecnologia fixa, a forma de incrementar o bem-estar ocorre através da redução das distorções existentes com as mudanças na eficiência alocativa resultantes da interação entre as mudanças nas tarifas e quantidades¹¹. Entretanto, as mudanças no bem-estar não estão restritas às mudanças alocativas, mas também incluem as mudanças nos termos de troca¹² e no preço relativo da poupança e investimento (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010)¹³.

A criação da Aliança do Pacífico é benéfica, do ponto de vista do bem-estar, apenas para o Chile e o México, gerando perdas para Colômbia e Peru e demais regiões analisadas (Tabela 7). No caso chileno, observa-se o maior ganho agregado de bem-estar, da ordem de US\$ 220 milhões, o equivalente a 0,33% do PIB do país, impulsionado principalmente pela melhoria nos termos de troca (US\$ 229 milhões). O ganho de bem-estar do México é um pouco inferior, chegando a US\$ 83 milhões, provocado pela melhor alocação de seus recursos e pela melhoria dos termos de troca. A Colômbia mostra a maior perda, chegando a US\$ 49 milhões, em razão da piora dos seus termos de troca e de eficiência alocativa. Em todas as demais regiões examinadas há uma perda de bem-estar, devido à deterioração dos termos de

¹¹ A variação no equivalente da renda do consumidor regional (EV) reflete a diferença entre a despesa requerida para obter o novo nível de utilidade aos preços iniciais (YEV) e o nível de utilidade disponível no equilíbrio inicial (Y), ou seja, $EV=YEV-Y$.

¹² Os termos de troca são definidos como a razão entre os preços recebidos pelos produtos comercializáveis e os preços pagos por eles.

¹³ O impacto sobre o bem-estar derivado do componente investimento-poupança (I-S) depende do preço da poupança e do investimento e do fato da região ser uma supridora ou recebedora líquida de poupança. As regiões que são supridoras líquidas de poupança se beneficiam de um aumento no preço da poupança em relação ao preço do investimento, enquanto os recebedores líquidos perdem.

troca. Apesar disso, o efeito total do acordo foi praticamente nulo, gerando uma perda de US\$ 4 milhões.

Tabela 7: Efeitos sobre o Bem-Estar (em milhões de US\$)

Regiões	Efeitos Alcativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total	% do PIB
1 Mexico	16,41	75,19	-8,37	83,23	0,013
2 Chile	15,96	229,11	-24,09	220,98	0,333
3 Colombia	-27,08	-20,45	-1,65	-49,18	-0,060
4 Peru	1,76	-10,45	0,11	-8,58	-0,016
5 Mercosul	-20,17	-36,81	1,35	-55,63	-0,006
6 BRICS	8,84	-12,66	11,7	7,88	0,000
7 UE	-7,25	-40,3	10,93	-36,62	0,000
8 NAFTA	4,18	-129,26	-11,19	-136,27	-0,001
9 ROW	4,04	-55,37	21,46	-29,87	0,000
Total	-3,31	-1,01	0,25	-4,07	0,000

Fonte: GTAP (Simulação).

É importante apresentar a origem dos ganhos ou perdas alocativas e da variação nos termos de troca sob o ponto de vista setorial. Os efeitos alocativos estão estreitamente relacionados com a magnitude na qual um país reduz suas tarifas de importação. Produtos importados mais baratos provocam ganhos tanto no consumo ampliado quanto na forma na qual os recursos domésticos são aplicados (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010).

A análise da decomposição da eficiência alocativa mostra que, à exceção dos produtos primários no México e dos serviços no Chile, todos os demais obtiveram ganhos de eficiência nesses dois países, que foram os que mais se beneficiaram nesse aspecto, como mostra a Tabela 8. No México, os ganhos chegaram a US\$ 16,4 milhões, como resultado de um significativo aumento das importações, especialmente dos parceiros da AP, que liberou os recursos do país para serem empregados em setores onde ele é mais eficiente. Um resultado semelhante foi observado no Chile. No entanto, na Colômbia houve uma perda de eficiência, que atingiu a US\$ 27 milhões, enquanto a variação no Peru foi praticamente nula. A região que apresentou a maior perda de eficiência foi o MERCOSUL, disseminada em todos os setores, devido a perda de acesso aos mercados da AP, devido a liberalização discriminatória. Como resultado, a simulação proporcionou uma redução global de eficiência alocativa de US\$ 3,3 milhões.

Tabela 8: Decomposição da Eficiência Alocativa (milhões de US\$)

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW	Total
Primários	-7,79	4,49	1,79	-0,82	-4,21	5,31	-2,93	2,52	2,03	0,39
Baixa	6,56	6,69	-5,54	0,64	-3,43	5,12	-0,49	1,8	7,89	19,25
Media-Baixa	3,74	0,78	-3,22	5,3	-1,86	0,86	-2,71	-0,96	-0,69	1,24
Media-Alta	10,37	3,03	-8,78	-6,59	-4,84	-1,5	0,46	-0,08	-4,56	-12,48
Alta	0,5	4,06	-11,09	2,9	-4,06	-1,07	0,32	0,41	-1,52	-9,56
Serviços	2,39	-3,09	-0,24	0,32	-1,86	0,11	-0,78	0,37	0,79	-2,01
Total	16,41	15,96	-27,08	1,76	-20,17	8,84	-7,25	4,19	4,04	-3,31

Fonte: GTAP (Simulação).

A variação dos termos de troca domina as mudanças totais sobre o bem-estar para todas as regiões, com exceção da Colômbia. A maior redução tarifária promovida pela Colômbia e pelo Peru aumentou suas demandas de importações, principalmente dos demais membros da AP. Assim, México e Chile se beneficiaram da maior demanda por seus produtos, elevando os seus preços de exportação, o que resultou em melhoria dos termos de troca para ambos. Este fenômeno proporciona um aumento do bem-estar total desses dois países. Os ganhos do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75,2 milhões (Tabela 9).

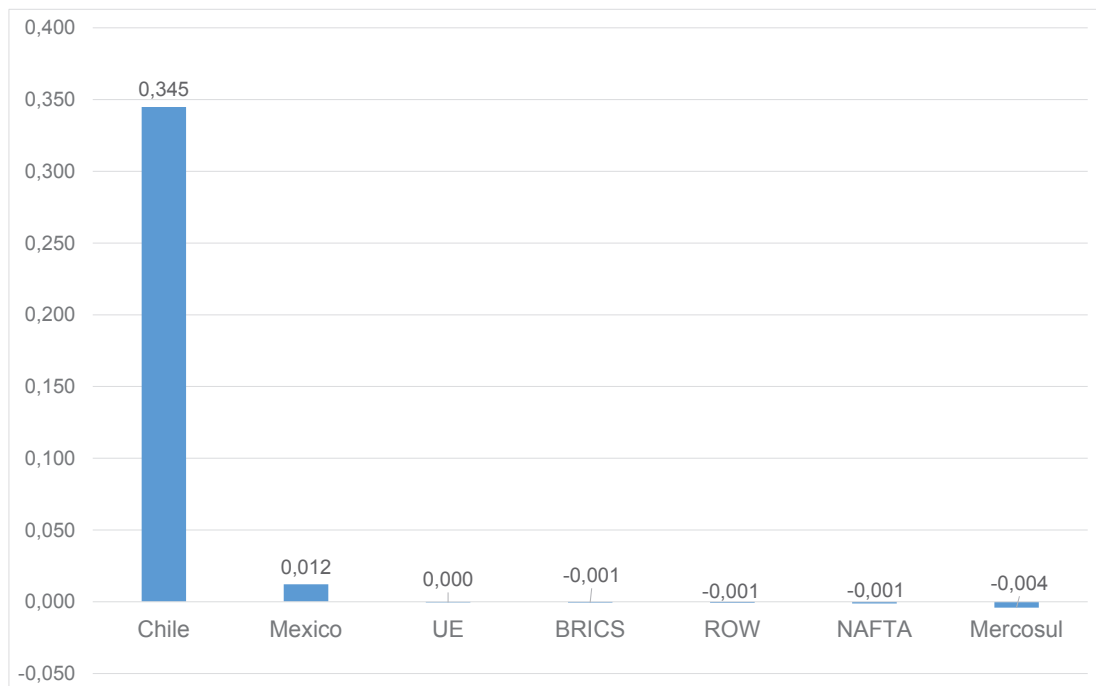
Tabela 9: Variação nos Termos de Troca (milhões de US\$)

Setores	Mexico	Chile	Colombia	Peru	Mercosul	BRICS	UE	NAFTA	ROW	Total
Primarios	-6,6	54,1	-4,6	-3,1	-11,7	1,9	-3,3	-18,61	-7,65	0,49
Baixa	7,3	82,3	-6,4	-2,3	-10,7	-13,2	-9,9	-20,71	-30,84	-4,41
MediaBaixa	3,2	37,7	-1,6	-5,7	-6,1	-4,0	-12,1	-7,6	-4,83	-1,09
MediaAlta	15,9	9,4	-5,8	-1,4	-1,4	1,2	-2,8	-14,94	0,14	0,4
Alta	45,2	4,1	-2,2	-0,3	-2,2	1,8	1,8	-43,94	1,68	5,83
Svces	10,3	42,5	0,0	2,3	-4,7	-0,5	-14,1	-23,47	-13,88	-1,53
Total	75,2	230,1	-20,6	-10,6	-36,8	-12,7	-40,3	-129,27	-55,37	-0,31

Fonte: GTAP (Simulação).

Por fim, o Gráfico 4 resume os efeitos do acordo sobre o bem-estar das regiões examinadas. É possível perceber que o Chile é o maior beneficiado, com um ganho equivalente a 0,35% do seu PIB. Grande parte desse resultado se deve, como foi discutido anteriormente, à melhoria dos termos de troca do país. A Colômbia também se beneficia, mas bem menos do que o Chile, 0,012% do PIB. Todas as outras regiões apresentam perdas, especialmente os demais países do Mercosul, que perdem espaço no mercado da AP, obtendo uma piora de seus termos de troca, bem como uma menor eficiência alocativa.

Gráfico 4: Sumário dos Efeitos da Simulação sobre o Bem-Estar Agregado (% do PIB)



Fonte: GTAP (Simulação).

É possível perceber que um acordo de comércio entre os membros da AP apresenta resultados de magnitude muito pequena, tanto em termos de comércio como de bem-estar. Isso, de um lado, se deve à hipótese de concorrência perfeita, que limita aos efeitos estáticos os benefícios da integração. Mas, de outro lado, as alterações nas tarifas de importação também não foram significativas, pois os países participantes do processo de integração já apresentam tarifas MFN relativamente baixas, bem como alguns deles já apresentam acordos preferenciais de comércio entre si. Esse é o caso de México e Chile (acordo bilateral) e Colômbia e Peru (Comunidade Andina).

Dois aspectos se distinguem no presente trabalho. O primeiro se refere ao exame da AP por meio do modelo de EGC, pois até onde o autor tem conhecimento, não há outros trabalhos que examinem esse bloco utilizando essa metodologia. O segundo aspecto se refere a agregação setorial, que seguiu a classificação da OCDE, a fim de visualizar o efeito do acordo sobre os setores, segundo sua intensidade tecnológica. Assim, não foi possível comparar os resultados aqui apresentados com a literatura.

Há uma convergência entre os economistas sobre o papel central da inovação e da difusão tecnológica no aumento da produtividade. E elas ocorrem com mais frequência e intensidade justamente nos setores de maior conteúdo tecnológico. No longo prazo, como se

sabe, o crescimento econômico depende da elevação da produtividade de um país. Esse pode ser o maior benefício da AP para Chile e México, com ambos obtendo ganhos de bem-estar nos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica. É possível que a análise dos ganhos dinâmicos, decorrentes dos efeitos do bloco sobre o crescimento econômico, encontrem resultados mais significativos, mas os aqui encontrados sinalizam que os maiores beneficiários desse processo de integração devem ser Chile e México.

5 CONCLUSÕES

Essa dissertação buscou examinar dois processos de integração latino-americanos bastante díspares. Embora apresentem um perfil produtivo relativamente similar, a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL tem uma postura muito diferenciada em relação à política comercial com seus parceiros de fora de seus respectivos blocos econômicos. Enquanto a AP mostra um grau de integração muito maior com os demais parceiros do mundo, o MERCOSUL se mantém mais isolado, com uma TEC elevada, principalmente para produtos industriais.

A maior abertura da AP sinaliza para uma maior aderência de seus membros às regras da OMC, mostrando que o bloco não surge como um obstáculo à integração multilateral. Ao contrário, o já baixo protecionismo de seus membros mostra que não há espaço para desvios de comércio significativos provocados pela formação do acordo, ao contrário do que parece ser o caso do MERCOSUL.

Nesse sentido, dada a já elevada integração da AP com seus parceiros comerciais, buscou-se examinar os efeitos da criação do bloco, tanto sobre seus membros como não-membros, através de um modelo de EGC, sobre produção, fluxos de comércio e bem-estar das regiões analisadas. Os principais resultados da simulação realizada, que agregou os setores de acordo com a sua intensidade tecnológica, embora tenham tido uma magnitude pequena, tanto em termos de produção como de bem-estar, mostram que há ganhadores e perdedores nesse processo.

É verdade que os efeitos foram reduzidos, mas a explicação reside no fato das alterações nas tarifas de importação também não terem sido significativas, pois os países participantes do processo de integração já apresentam tarifas MFN relativamente baixas, bem como alguns deles já apresentam acordos preferenciais de comércio entre si. Esse é o caso de México e Chile (acordo bilateral) e Colômbia e Peru (Comunidade Andina). Isso acaba reduzindo o escopo dos ganhos propiciados pelos modelos de EGC.

Os resultados apontaram que os maiores beneficiados pelo AP seriam Chile e México, devido a melhoria de seus termos de troca, gerando ganhos de bem-estar para esses países. A maior redução tarifária promovida pela Colômbia e Peru aumentou suas demandas de importações, principalmente dos demais membros da AP. Assim, México e Chile se beneficiaram da maior demanda por seus produtos, elevando os seus preços de exportação, o

que resultou em melhoria dos termos de troca para ambos. Os ganhos do Chile chegaram a US\$ 230 milhões, enquanto no México eles alcançaram US\$ 75,2 milhões.

Os ganhos acabam sendo obtidos em detrimento da Colômbia e Peru e das demais regiões examinadas. Os maiores perdedores de fora do bloco são NAFTA e MERCOSUL e as perdas estão associadas à deterioração de seus termos de troca. As preferências concedidas aos parceiros da AP acabaram reduzindo o acesso desses dois importantes parceiros comerciais ao mercado do bloco, o que gerou uma deterioração de seus termos de troca. A menor demanda por seus produtos causou uma queda de seus preços de exportação.

Apesar da magnitude dos efeitos não ter sido significativa, isso é bastante comum em modelos de equilíbrio geral computável baseados na hipótese de competição perfeita. A literatura que trata desses modelos mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita. De qualquer forma, esses modelos permitem identificar tendências e, portanto, influenciar políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, A. F. Z. Mercosul: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 167-196, 2008.
- AZEVEDO, A. “**Mercosur: Ambitious Policies, Poor Practices**”. *Revista de Economia Política*, v. 24, p. 584-601, 2004.
- AZEVEDO, A. F. Z.; FEIJÓ, F. T. Análise empírica do impacto econômico da Alca e da consolidação do MERCOSUL sobre o Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, 2010.
- AZEVEDO, A.F.Z.; MASSUQUETI, A. TEC no Âmbito do MERCOSUL: Teoria e Prática. **Análise Econômica**, v. 27, p. 7-23, 2009.
- BANCO MUNDIAL. **Trade Blocs**, Washington: Oxford University Press, 2000.
- BANDARA, J. S. Computable general equilibrium models for development policy analysis in LDS. **Journal of Economic Surveys**, v. 5, n. 1, 1991.
- BHAGWATI, J. Regionalism and multilateralism: An overview. In: DE MELO, J.; PANAGARIYA; A. (Eds.). **New Dimensions in Regional Integration**. New York: Cambridge University Press, 1993.
- BICHIR, M. H. et al. Mercosur: free trade area with the EU or with the Americas? Some lessons from the model MIRAGE. In: CEPII - INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2001, Washington, DC. **Anais...** Washington, DC: IDB, 2001.
- BERGSTEIN, F. **Regionalismo Aberto**, Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro: FUNCEX, n 55, abril-junho, 1998.
- BITENCOURT, M. B. **Impactos dos acordos da Rodada Uruguai, Mercosul, Alca e Rodada do Milênio na triticultura brasileira – aplicação do modelo GTAP**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2000.
- BOND, E; SYROPOULOS, C. The size of trading blocs market power and world welfare effects. **Journal of International Economics**, v. 40, p. 411-437, 1996.
- CADOT, O.; MELO, J. de; OLARREAGA, M. Regional integration and lobbying for tariffs against non-members. CEPR Discussion Paper no 1448. London: CEPR, 1996.
- CARVALHO, R. G. Aproveitamento das relações entre Pernambuco e Portugal: uma análise do comércio potencial *versus* comércio efetivo. **Revista Econômica do Nordeste**, v.40, p.81-98, 2009.
- CAVALVANTE, J.; MERCENIER, J. Uma avaliação dos ganhos dinâmicos do Mercosul usando equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 29, p. 153-184, 1999.

CEPAL, El Arco del Pacífico Latinoamericano: construyendo caminos de complementación e integración con Asia. Sexta Reunión Ministerial del Foro del Arco del Pacífico

Latinoamericano. Cusco – Peru: Nações Unidas, 15 de outubro de 2010.

_____ Las Relaciones Económicas y Comercio entre América Latina y Asia-Pacífico: El vínculo con APEC. Santiago: Nações Unidas, novembro de 2009.

_____ A significação do Mercado Comum no desenvolvimento econômico da América Latina, outubro de 2012.

CHANG, W.; WINTERS; A. The price effects of regional integration: non-member reaction to Mercosur. World Bank Policy Research Working Paper no 2157, 1999.

CURZEL, R. **Integração regional e liberalização comercial**: uma análise para o Mercosul com um modelo aplicado de equilíbrio geral. São Paulo: Catálogo USP, 2007.

DIXON, P. B. et al. **Notes and problems in applied equilibrium economics**. Amsterdam: North-Holland, 1992.

DI FILLIPO, A. (1997). **Multilateralismo y regionalismo en la integración de América Latina**. Santiago, Chile: CEPAL. abr. Documento de Trabajo,

ETHIER, W. The New Regionalism, **The Economic Journal**, v. 449, p.1149-1161. 1998.

FLORES, R. The gains from Mercosur: a general equilibrium, imperfect competition evaluation. **Journal of Policy Modeling**, v. 19, p. 1-18, 1997.

FEIJÓ, F. T.; STEFFENS, C. **Comércio internacional, demanda por trabalho e a questão da desindustrialização no Brasil**: uma abordagem utilizando Equilíbrio Geral Computável (EGC). Porto Alegre: UFRGS, 2013. (TD 2013/04).

FERRAZ, L. P. C. **Acordos bilaterais de comércio entre os BRICS**: uma abordagem de equilíbrio geral. Rio de Janeiro: IPEA/FGV, 2013.

FERREIRA FILHO, J. B. S. **Uma análise de equilíbrio geral dos impactos da integração econômica no Cone Sul sobre a agricultura brasileira**. 1998. Tese (Livre Docência) –

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP), 1998.

FLÔRES JR., R. G.; WATANUKI, M. Is China a northern partner to Mercosul? **Ensaios Econômicos EPGE**, São Paulo, n. 617, jun. 2006.

FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 70-84. jan./mar. 2005.

GURGEL, Â. C. et al. Impactos dos acordos de liberalização comercial Alca e Mercoeuropa sobre os países membros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro vol. 56, n.2, 2002.

HARRISON, G.; RUTHERFORD, T.; TARR, D. Quantifying the Uruguay Round. **The Economic Journal**, v. 107, p. 1405-1430, 1997.

- HADDAD, E. A. **Retornos crescentes, custos de transporte e crescimento regional**. 2007. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- HERTEL, T. W. (ed.). **Global trade analysis: modeling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- HERTEL, T. W. et al. Mending the family tree: a reconciliation of the linearization and levels schools of AGE modelling. **Economic Modelling**, vol. 9, p. 385-407, 1992.
- HERTEL, T. W.; TSIGAS, M. Structure of GTAP. In: HERTEL, T. W. (ed.). **Global trade analysis: modelling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997. p. 13-73.
- HOFFMANN, A. R. **A União Europeia como parceiro para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2012.
- HORRIDGE, M. **MINIMAL**. A simplified general equilibrium model. Australia: Centre of Policy Studies and the Impact Project/Monash University, 2003.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL A **Multiplicação dos Acordos Preferenciais de Comércio e o Isolamento do Brasil** (2013).
- IRWIN, D. **Multilateral and Bilateral Trade Policies in the World Trade System: an Historical Perspective**. In: de MELO, J.; PANAGARIYA, A. (org.), **New Dimensions in Regional Integration**, New York: Cambridge University Press, 1993
- JOHANSEN, L. **A multi-sectoral study of economic growth**. Amsterdam: North-Holland. 1960.
- KRUGMAN, P. (1993). **Regionalism versus multilateralism: analytical notes**. In: MELO, J. E PANAGARIYA, A. **New dimension in regional integration**. Cambridge University Press. 1993.
- KRUGMAN, R (1988). **La nueva teoria dei comercio internacional y los países menos desarrollados**. El Trimestre Económico, México, n.217, jan./mar.
- KUME, H. ; PIANI, G. **Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre comércio**. In. Revista de Economia Política, vol. 25, n 4, outubro-dezembro, 2005.
- LAMOSO, L. P. Comércio exterior brasileiro: a tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

- LAMOUNIER, W. M. Modelagem e análise de equilíbrio geral econômico com o uso do GTAP: uma visão geral da sua estrutura e principais procedimentos computacionais. **Revista Una**, Belo Horizonte, v.1, n.8, 1998.
- LAWRENCE, R. **Preferential trading arrangements**: The traditional and the new. In: GALAL, A; HOEKMAN, B. (org), regional Partners in Global Markets, CEPR, Egypt: The Egyptian Center of Economics Studies, World Trade Center, 13-34, 1997.
- LEONTIEF, V. Quantitative input-output relations in the economic system of the United States. **Review of Economics and Statistics**, v. 18, p.105-25. 1951.
- MARKWALD, R. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: o balanço de uma década. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 68, p. 4-25, 2004.
- MASSUQUETTI, A. et al. As relações comerciais agrícolas entre MERCOSUL e UE no período 2000-2010. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50, 2012, Vitória (ES). **Anais...** Piracicaba (SP): SOBER, 2012.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior** – AliceWeb. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014a.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Balança Comercial Brasileira, relatórios de acompanhamento**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>>. Acesso em: 20 abr. 2014b.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Exportações-Importações dos setores industriais por intensidade tecnológica**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608>>. Acesso em: 18 jul. 2014c.
- NASSIF, M. I. A economia está se reprimarizando? **Revista Desafios do Desenvolvimento**, v.8, p. 40-46, 2011.
- NEGRI, J. A. **As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional**. IPEA, Brasília, 2012.
- NEGRI, F. de; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Boletim Radar - IPEA**, São Paulo, v.13, p. 07-14, abr.2011.
- OLARREAGA, M.; SOLOAGA, I. Endogenous tariff formation: The case of Mercosur. **World Bank Economic Review**, 12, 297-320, 1998.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). The results of the Uruguay round of multilateral trade negotiations: Market Access for Goods and Services: Overview of the Results, Genebra, 1994. Disponível em:
<http://www.ub.edu/prometheus21/articulos/archivos/gatt.PDF> Acesso em: 25 Fev. 2013.
- OMC, World Trade Report 2012 – Trade and Public Policies: A closer look at nontariff measures, Genebra, 2012, 248 p.
- PHILIPPIDIS, G.; SANJUÁN, A. I. An analysis of Mercosur's regional trading arrangements. **The World Economy**, v. 30, n. 3, p.504-531, mar. 2007.
- RICHARDSON, M. Why a free-trade area? The tariffs also rises. *Economics and Politics*, 6, 79-96, 1994.
- ROLAND-HORST, D.; REINERT, K.; SHIELLS, C. North-American trade liberalization and the role of nontariff barriers. Economy-wide modelling of the economic implications of a FTA with Mexico and a Nafta with Mexico and Canada, 1992 (U.S. International Trade Commission Publication, n. 2508).
- SABATTINI, Rodrigo (2001). Multilateralismo, regionalismo e Mercosul, **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, p. 30-55, 2001.
- RSINIVASAN, K. Tax incentives for import substituting foreign investment: Does signaling play a role?, **Journal of Public Economics**, vol. 7, p. 167-193, 1998.
- SARQUIS, J. B. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SOUZA, T. A.; VERÍSSIMO, M. P. O papel das *commodities* para o desempenho exportador brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.
- SUBRAMANIAN, A, WEI S. The WTO promotes trade, strongly but unevenly. **Journal of International Economics**, 72, p. 151-175, 2007.
- TOMAZINI, R. C. **As relações econômicas entre a União Europeia e o Mercosul e a tentativa de institucionalização de um Acordo de Livre Comércio**, 1991 a 2005. Brasília: UNB, 2009.
- VOGEL, G.; AZEVEDO, A. F. Z. Intensidade tecnológica das exportações do Brasil e de estados brasileiros selecionados (2000-2010). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre (RS). **Anais...** Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2012.
- WATANAKI, M.; MONTEAGUDO, J. Regional trade agreements for Mercosur: the FTAA and the FTA with the European Union. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean, Washington: CEPII e BID (orgs.), 2001.

WINTERS, A. **Regionalism and multilateralism**: What economists have to say.
Washington: World bank. DEC Notes Research Findings n.26.